

Termo de Referência 1/2023

Informações Básicas

Número do TR UASG

1/2023

Editado por

154054-FUNDACAO UNIVERS.FEDERAL/MS LUAN RAMIRO DOS SANTOS

Atualizado em

20/09/2023 16:56 (v 11.0)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria

VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

Número da Contratação

228/2023

Processo Administrativo

23104.011959/2022-21

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de uma Solução para disponibilização, ampliação e atualização do sistema de videomonitoramento nas dependências da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, composta de: gravadores, câmeras, disco rígidos, switches e servidores via **Sistema de Registro de Preços**, na forma dos artigos 40, 82 e demais dispositivos pertinentes da Lei N° 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como do Decreto N° 11.462, de 31 de março de 2023, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A modalidade da licitação será: **Pregão Eletrônico; Registro de Preços**, do tipo **menor preço POR ITEM**.

ITEM	DESCRIÇÃO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD.	UASG	VALOR UNITÁRIO	MUNICÍPIO /UF DE ENTREGA
1	<b>Gravador /Reprodutor</b>  Sistema Gravação: Digital  Aplicação: Segurança E Vigilância Eletrônica  Capacidade Armazenamento: Resolução De Gravação 6mp/5mp /4mp/1080 P/Uxga /720p MB  Interface: Plug & Play Com Até 16 Interfaces Redes Poe  Tipo: 32 Canais  Características Adicionais: Entrada	Gravador Digital 32 Canais	461427	Unidade	7	154054-Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	R\$ 5.185,81	Campo Grande /MS
	18				160530-Base de Adm. e Apoio do Comando Militar do Oeste	Campo Grande /MS		

	De Áudio Bidirecional: 1-Ch /Rca (2.0 Vp-P,  Alimentação: 110 /220 V							
2	<b>Gravador /Reprodutor</b>  Sistema Gravação: Digital  Aplicação: Segurança E Vigilância Eletrônica  Capacidade Armazenamento: Resolução De Gravação 6mp/5mp /4mp/1080 P/Uxga /720p MB  Interface: Plug & Play Com Até 16 Interfaces Redes Poe  Tipo: 32 Canais  Características Adicionais: Entrada De Áudio Bidirecional: 1-Ch /Rca (2.0 Vp-P,  Alimentação: 110 /220 V	Gravador Digital 64 Canais	461427	Unidade	18	154054- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	R\$ 18.000,00	Campo Grande /MS
					8	160530-Base de Adm. e Apoio do Comando Militar do Oeste		Campo Grande /MS
3	<b>Câmera Vídeo De Segurança</b>  Luminosidade Mínima: 0,1 LX  Componentes Adicionais: Lente 3,6 mm, Sistema Ntsc  Resolução Horizontal: 1920 PX  Resolução Vertical: 1080 PX  Cor: Branca  Características Adicionais: Resolução Full Hd, Infravermelho	Câmera Bullet 5MP longa distância / uso externo	472870	Unidade	405	154054- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	R\$ 2.595,03	Campo Grande /MS
					33	160530-Base de Adm. e Apoio do Comando Militar do Oeste		Campo Grande /MS

	Tipo Sensor: Cmos 1 /3"  Voltagem: 12 V							
4	<b>Câmera Vídeo De Segurança</b>  Resolução Horizontal: 1280 PX  Resolução Vertical: 720 PX  Características Adicionais: Infravermelho, Detecção Para 30 M, Iris Eletrônica  Padrão: Ip Wifi Com Visão Noturna  Tipo Sensor: 1/2,7"	Câmera Bullet 4MP curta distância / uso interno	480918	Unidade	410	154054-Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	R\$ 641,43	Campo Grande /MS
					157	160530-Base de Adm. e Apoio do Comando Militar do Oeste		Campo Grande /MS
5	<b>Caixa Passagem</b>  Aplicação: Instalações Elétricas  Dimensões: 4 X 2 POL  Características Adicionais: Caixa De Lux Plástica, Com Presilha De Metal, Cor	Suporte de Poste Para Câmeras	379834	Unidade	10	154054-Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	R\$ 148,64	Campo Grande /MS
					34	160530-Base de Adm. e Apoio do Comando Militar do Oeste		Campo Grande /MS
6	<b>Caixa Passagem</b>  Aplicação: Instalações Elétricas  Formato: Redonda	Caixa de Passagem Metálica IP66 Para Câmeras	420113	Unidade	10	154054-Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	R\$ 145,21	Campo Grande /MS
7	<b>Caixa Passagem</b>  Material: Pvc  Componentes: Tampa Cega  Aplicação: Instalação Cftv  Cor: Cinza  Dimensões: 94,5 X 50 MM	Caixa Plástica de Passagem	444800	Unidade	805	154054-Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	R\$ 14,15	Campo Grande /MS
						160530-Base de Adm. e		

	<p>Tipo: Condulete Com 5 Entradas</p> <p>Características Adicionais: Juntas Com Bolsas, Lisas Para Simples Encaixe</p> <p>Posição Relativa: Sobrepor</p>				94	Apoio do Comando Militar do Oeste		Campo Grande /MS
8	<p><b>Disco Magnético</b></p> <p>Modelo: Ssd</p> <p>Interface: Sata Iii</p> <p>Tipo: Rígido</p> <p>Tamanho: 3.5 POL</p> <p>Memória: 8 TB.</p> <p>Velocidade Transferência: 6.0 GB/S</p>	Disco rígido de 8 TB (terabytes) de capacidade mínima - tipo surveillance - tamanho: 3.5 pol, sata III	452505	Unidade	70	154054-Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	R\$ 1.474,02	Campo Grande /MS
					43	160530-Base de Adm. e Apoio do Comando Militar do Oeste		Campo Grande /MS
9	<p><b>Disco Magnético</b></p> <p>Modelo: Nas</p> <p>Aplicação: Microcomputador</p> <p>Interface: Sata Iii</p> <p>Tipo: Rígido</p> <p>Tamanho: 3.5 POL</p> <p>Memória: 16 TB.</p> <p>Velocidade Transferência: 6.0 GB/S</p>	Disco rígido de 14 TB (terabytes) de capacidade mínima - tipo surveillance - tamanho: 3.5 pol, sata III	484069	Unidade	126	154054-Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	R\$ 2.924,69	Campo Grande /MS
					13	160530-Base de Adm. e Apoio do Comando Militar do Oeste		Campo Grande /MS
10	<p><b>Switch</b></p> <p>Aplicação: Transmissão De Dados</p> <p>Tipo: Switch Gerenciável</p> <p>Tipo Portas: Porta Ethernet 1000 Sfp</p>	Switch 8 Portas	455488	Unidade	98	154054-Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	R\$ 1.530,19	Campo Grande /MS
					27	160530-Base de Adm. e Apoio do Comando		Campo Grande /MS

	Características Adicionais: 2 Portas Fibra Ótica, 8 Portas Cabo De Cobre  Quantidade Portas: 10 UN					Militar do Oeste		
11	<b>Switch</b>  Suporte Vlan: 1000 Base-Sx, 1000 Base-Lx, 1000base-Zx, 10gbase M MB  Tipo Portas: Slots 1 /10 Gb Ethernet Sfp+  Alimentação: 100 /240 V  Quantidade Portas: 24 UN	Switch 24 Portas	602457	Unidade	45	154054-Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	R\$ 4.918,05	Campo Grande /MS
					14	160530-Base de Adm. e Apoio do Comando Militar do Oeste		Campo Grande /MS
12	<b>Switch</b>  Velocidade Porta: 1 Gb  Tipo Portas: 10/100 /1000 Base T  Características Adicionais: 1 Fonte Energia, 2 Portas 1 /10 Gigabit Ethernet Sf  Alimentação: 110 /220 V  Quantidade Portas: 48 UN	Switch 48 Portas	485141	Unidade	4	154054-Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	R\$ 6.349,07	Campo Grande /MS
					2	160530-Base de Adm. e Apoio do Comando Militar do Oeste		Campo Grande /MS
13	<b>Switch</b>  Aplicação: Conectar Servidores E Equipamentos Em Rede  Tipo: Switch De San (Storage Area Network)  Tipo Portas: 10gbe (Sfp+) / 25gbe (Sfp28)  Alimentação: 100 /240 VCA	Switch tipo: topo de Rack / de acesso	481771	Unidade	15	154054-Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	R\$ 14.430,28	Campo Grande /MS
					1	160530-Base de Adm. e Apoio do Comando Militar do Oeste		Campo Grande /MS

	Quantidade Portas: 48 UN							
14	<b>Switch</b>  Aplicação: Transmissão De Dados  Frequência: 50/60 HZ  Velocidade Porta: 2 /4/8 Gbps  Tipo Portas: Sfp + 8gbps Sx  Alimentação: Bivolt V  Quantidade Portas: 48 UN	Switch tipo: distribuição	462551	Unidade	4	154054- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	R\$ 36.354,82	Campo Grande /MS
15	<b>Equipamento Wireless</b>  Aplicação: Alimentação De Pontos De Acesso  Frequência: 60 HZ  Tipo: Injetor Poe  Características Adicionais: Até 15.4 w P/Dispositivo A Ser Alimentado; Comutaç  Tensão Alimentação: 110 /220 V  Padrão: 802.3af (Wi- Fi)  Conexão: 2 X Rj-45 Fêmeas Operando Em Gigabit	Injetor PoE	426731	Unidade	815 88	154054- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  160530-Base de Adm. e Apoio do Comando Militar do Oeste	R\$ 129,66	Campo Grande /MS  Campo Grande /MS
	<b>Servidor</b>  Núcleos Por Processador: Superior A 20  Garantia On Site: Superior 48 MESES							

16	Interface Rede Lan: Superior A 4							
	Interface Rede San: 2							
	Armazenamento Sata: Sem Discos Sata							
	Armazenamento Sas: Com Discos Sas	Servidor tipo: rack	481693	Unidades	2	154054- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	R\$ 186.205,53	Campo Grande /MS
	Armazenamento Ssd: Com Discos Ssd							
	Processadores Físicos: 2							
	Tipo: Rack							
	Fonte Alimentação: Redundante (Swap /Hot Plug)							
	Sistema Operacional: Sem Sistema Operacional							
	Memória Ram: Superior A 1 TB.							

Tabela 1. Solução de Videomonitoramento

1.3. Para informar os códigos do Catálogo de Materiais e do Catálogo de Serviços (CATMAT/CATSER), foi utilizado a ferramenta de busca de itens catalogados disponível no Portal de Compras do Governo Federal: <https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca>.

1.4. Em caso de divergência nas especificações dos itens com as do Sistema Comprasnet/Empenho, PREVALECEM as constantes deste Termo de Referência.

1.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.6. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que podem ser objetivamente definidos, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (SEI 4222891), bem como especificações contidas em tópicos deste Termo de Referência.

**1.7. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso – Artigo 22 – Decreto 11.462/2023;

1.8. O prazo de vigência da contratação (que será representada pela nota de empenho – conforme inciso II do Artigo 95 da Lei 14.133) é de 30 dias contados da data de recebimento da nota de empenho, para entrega de forma única (na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021 – Fornecimento não contínuo de bens) ou parcelada (enquadramento no inciso II do Art. 3º do Decreto 11462/2023).

1.9. Em caso de contrato decorrente da ata de registro de preços, o mesmo terá sua vigência estabelecida na forma prevista nos Arts. 35 e 36 do Decreto 11.462/2023:

1.9.1. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.9.2. A vigência dos contratos decorrentes do sistema de registro de preços será estabelecida no edital ou no aviso de contratação direta, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.9.2.1. O contrato, PODERÁ SER substituído pela nota de empenho. Em caso de entregas parceladas ou aquisições com instalação, deverá ser enviado o anexo ao empenho. O detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação (entrega do objeto), discorrerá em cláusula específica deste Termo de Referência.

1.9.2.2. O contrato, SE FOR O CASO, oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.10. Em razão do catálogo eletrônico de padronização para compras (inciso II caput Artigo 19 da Lei 14.133/2023), que será utilizado conforme o Parágrafo 1º do Artigo 19 da Lei 14.133/2023 ainda não estar vigente, todas as especificações são retiradas do código do novo catálogo CATMAT, no intuito de evitar especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização, foram tomadas as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração. As descrições complementares indicam alguma especificidade necessária ao requisitante, porém de forma objetiva e imparcial. A exemplo dos pregões anteriores, às licitações deste tipo de material, acorrem vários fornecedores do ramo, sendo a descrição dos itens ensejando um certame competitivo.

1.11. Justificativa para o parcelamento ou não do objeto: conforme ETP DIGITAL Nº 34/2023 (art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 9º, inciso VII, da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022). As compras, como regra, devem atender ao parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso (art. 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021). Devem também ser observadas as regras do artigo 40, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133, de 2021, que trata de aspectos a serem considerados na aplicação do princípio do parcelamento. No caso desta licitação, será seguida a regra do parcelamento, com lances por item.

1.12. Em caso de haver órgãos participantes na IRP:

1.12.1. O número máximo de participantes, cuja sede estiver localizada fora do local de entrega da UASG GESTORA, será analisada também em conformidade com o número de itens presentes no Termo de Referência, a quantidade de agentes de contratação e suas agendas, o tempo demandado para a licitação, a necessidade de utilização do objeto licitado pela UASG GESTORA e a tramitação interna processual.

1.12.2. Os quantitativos que poderão ser aceitos serão fixados conforme o tipo e a quantidade da unidade de fornecimento dos itens (em se tratando de UASGS localizadas fora do local de entrega da UASG GESTORA). Prerrogativa esta, dada pelos incisos I e II do Artigo 7º Decreto nº 11.462/2023:

1.13. Art. 7º Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do SRP, em especial:

I - Realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

II - Aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

- a) os quantitativos considerados ínfimos;
- b) a inclusão de novos itens; e
- c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;

1.14. Quanto à inclusão de novos itens por desdobramento, em caso de intenção de participação de UASGS fora da sede da entrega dos materiais da UASG GESTORA, em função da capacidade operacional da UASG, quanto a nº de pregoeiros e prazos de realização da licitação, por necessidade de demanda dos itens pelos setores requisitantes, os critérios de aceitação serão analisados quanto:

1.14.1. A precedência por data de solicitação da manifestação da UASG (a que se manifestar primeiro);

1.14.2. O limite total de 330 itens (já incluídos os itens desdobrados);



1.14.3. A quantidade a ser manifestada (será analisada a questão de quantitativos considerados ínfimos em relação ao quantitativo da UASG GESTORA).

1.15. As competências do órgão ou Entidade Participante em manifestar seu interesse em participar do registro de preços estão estabelecidas no art. 8º do Decreto nº 11.462/2023.

1.16. UASG PARTICIPANTE da licitação: 160530 - Base de Apoio do Comando Militar do Exército. A documentação está anexo a este Termo de Referência (DOC SEI 4358276).

## 2. Fundamentação da contratação

2.1. A presente contratação justifica-se pela reposição de equipamentos quebrados no decorrer do uso, uma vez que a aquisição anterior ocorreu em 2019. Além disso, a instituição promoveu nos últimos anos, alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional - Quadro 18: Expansão da infraestrutura física, a reforma e ampliação de seus espaços, com isso é necessário estender os mecanismos de segurança a estas instalações.

2.2. Ademais, a presente contratação objetiva:

2.2.1. Ampliação da cobertura de videomonitoramento;

2.2.2. Promover segurança da comunidade interna e externa;

2.2.3. Promover segurança patrimonial, desencorajar e reduzir situações de vandalismo;

2.2.4. Fornecer evidências em casos de incidentes;

2.2.5. Equipamentos modernos de circuito de videomonitoramento poderão ser utilizados para identificação e prevenção de acidentes, como vazamentos e incêndios;

2.3. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, mediante consulta prévia à UFMS, órgão gestor do registro de preços;

2.4. Os órgãos interessados quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto à UFMS, órgão gestor do Registro de Preços via sistema eletrônico do ComprasNet.

2.5. A justificativa da abertura da ata para adesão para outros órgãos se dá ao atendimento do interesse público, visando a competitividade, economicidade, transparência e celeridade no processo de licitação.

2.6. Demais fundamentações da contratação e de seus quantitativos encontram-se pormenorizadas em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.7. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

**ID PCA no PNCP:** 15461510000133-0-000001/2023;

**Data de publicação no PNCP:** 19/05/2023;

**Id do item no PCA:**

Item 1 - 2020;

Item 2 - 2021;

Item 3 - 2022;

Item 4 - 2023;

Item 5 - 2024;

Item 6 - 2025;

Item 7 - 2026;

Item 8 - 2027;

Item 9 - 2028;

Item 10 - 2029;

Item 11 - 2030;

Item 12 - 2031;

Item 13 - 2034;

Item 14 - 2035;

Item 15 - 2032;

Item 16 - 2033;

**Classe/Grupo:**

Item 1 - 6350;

Item 2 - 6350;

Item 3 - 5836;

Item 4 - 5836;

Item 5 - 5975;

Item 6 - 5975;

Item 7 - 5975;

Item 8 - 7030;

Item 9 - 7030;

Item 10 - 7050;

Item 11 - 7050;

Item 12 - 7050;

Item 13 - 7050;

Item 14 - 7050;

Item 15 - 7050;

Item 16 - 7010;

**Identificador da Futura Contratação:** 154054-228/2023;

2.8. O objeto da contratação também está alinhado com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2021-2024 da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA 2023	
ID	Descrição
Item	DFD Nº 152/2023

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS - PLANO DE DESENVOLVIMENTO
--

INSTITUCIONAL (PDI 2020-2024)	
ID	Objetivos Estratégicos
Consolidar as práticas de Gestão, Governança, Compliance e Sustentabilidade	Melhoria de infraestrutura física
	Melhoria em Tecnologia da Informação e serviços digitais

ALINHAMENTO AO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PDTIC 2021-2024)	
Objetivo: Disponibilização de videomonitoramento em toda UFMS	
Eixo Estratégico da TIC: Garantir a Infraestrutura de TIC	
<b>Necessidade: Realizar processo de aquisição de equipamentos CFTV (câmeras e gravadores digitais)</b>	
Alinhamento	
E01.	Oferecer serviços públicos digitais simples e intuitivos, consolidados em plataforma única e com avaliação de satisfação disponível
E04.	Promover políticas públicas baseadas em dados e evidências e em serviços preditivos e personalizados, com utilização de tecnologias emergentes
<b>E08.</b>	<b>Otimizar as infraestruturas de tecnologia da informação e comunicação.</b>
E12.	Exercer a governança de TIC nos órgãos e entidades do SISP, conduzindo os processos de direção, monitoramento e avaliação do desempenho de TIC;
E13.	Planejar, desenvolver, executar e monitorar as atividades de TIC são responsabilidades do gestor de TIC, devendo assessorar a alta administração na governança de TIC, provendo todas as informações de gestão para a tomada de decisão das instâncias superiores;
E15.	Disciplinar o uso da internet no Brasil, promovendo: direito de acesso à internet a todos; acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos; inovação e do fomento à ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso; da adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados.
E18.	Focar na manutenção e melhoria do Índice de Gestão de TI do TCU, incluindo iGovTI (índice de governança e gestão de TI), iGestTI (índice de capacidade de gestão de TI), iGestServicosTI (Capacidade em gestão de serviços de TI), iGestRiscosTI (Capacidade de gestão de riscos de TI), iGestSegInfo (Capacidade em estrutura e processos de segurança da informação), PessoasTI (capacidade de gestão de pessoal de TI), PlanejamentoTI (Capacidade em planejamento de TI), iGestContratosTI (Capacidade em gestão de contratos de TI).

ALINHAMENTO AO PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (PDTIC 2021-2024)	
Objetivo: Contratações de TIC	

Eixo Estratégico da TIC: Garantir a Infraestrutura de TIC	
<b>Necessidade: Adquirir switches de distribuição e borda</b>	
Alinhamento	
E01.	Oferecer serviços públicos digitais simples e intuitivos, consolidados em plataforma única e com avaliação de satisfação disponível
E04.	Promover políticas públicas baseadas em dados e evidências e em serviços preditivos e personalizados, com utilização de tecnologias emergentes
<b>E08.</b>	<b><u>Otimizar as infraestruturas de tecnologia da informação e comunicação.</u></b>
E12.	Exercer a governança de TIC nos órgãos e entidades do SISP, conduzindo os processos de direção, monitoramento e avaliação do desempenho de TIC;
E13.	Planejar, desenvolver, executar e monitorar as atividades de TIC são responsabilidades do gestor de TIC, devendo assessorar a alta administração na governança de TIC, provendo todas as informações de gestão para a tomada de decisão das instâncias superiores;
E15.	Disciplinar o uso da internet no Brasil, promovendo: direito de acesso à internet a todos; acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos; inovação e do fomento à ampla difusão de novas tecnologias e modelos de uso e acesso; da adesão a padrões tecnológicos abertos que permitam a comunicação, a acessibilidade e a interoperabilidade entre aplicações e bases de dados.
E18.	Focar na manutenção e melhoria do Índice de Gestão de TI do TCU, incluindo iGovTI (índice de governança e gestão de TI), iGestTI (índice de capacidade de gestão de TI), iGestServicosTI (Capacidade em gestão de serviços de TI), iGestRiscosTI (Capacidade de gestão de riscos de TI), iGestSegInfo (Capacidade em estrutura e processos de segurança da informação), PessoasTI (capacidade de gestão de pessoal de TI), PlanejamentoTI (Capacidade em planejamento de TI), iGestContratosTI (Capacidade em gestão de contratos de TI).

### 3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste em adquirir os equipamentos descritos na tabela 1, conforme as características apresentadas nos tópicos subsequentes:

Item 1 - Gravador Digital 32 Canais.

Item 2 - Gravador Digital 64 Canais.

Item 3 - Câmera Bullet 5MP longa distância / uso externo.

Item 4 - Câmera Bullet 4MP curta distância / uso interno.

Item 5 - Suporte de Poste Para Câmeras.

Item 6 - Caixa de Passagem Metálica Para Câmeras.

Item 7 - Caixa Plástica de Passagem.

Item 8 - Disco rígido interno de 8 TB (terabytes).

Item 9 - Disco rígido interno de 14 TB (terabytes).

Item 10 - Switch 8 portas.

Item 11 - Switch 24 portas.

Item 12 - Switch 48 portas.

Item 13 - Switch tipo: topo de rack / de acesso.

Item 14 - Switch tipo: distribuição.

Item 15 - Injetor PoE.

Item 16 - Servidor de Rack.

### **3.3. Necessidades Tecnológicas**

#### **3.3.1. Item 1 - Gravador Digital 32 Canais**

##### **3.3.1.1. Características Técnicas Mínimas:**

I- Ser capaz de monitorar e gravar até 32 câmeras IP em Full HD a 30 FPS;

II- Possuir a capacidade de ser acessado remotamente através de computadores, smartphones e tablets;

III- Compatibilidade com gerenciamento de dados local ou remoto (via internet);

IV- Compatibilidade com o protocolos Intelbras-1 e Onvif;

V- Suporte para até 8 HDs SATA III de mínimo 8 TB cada com tecnologia de hibernação do HD, alarme de falha e alarme de espaço insuficiente;

VI- Sem a necessidade de agregar um servidor à rede;

VII- Possuir 2 (duas) interfaces de rede (RJ-45) Gigabit Ethernet;

VIII- Possuir 1 (uma) porta HDMI;

IX- Possuir 1 (uma) porta VGA;

X- Possuir 3 (três) portas USB, com pelo menos uma 3.0;

XI- Possuir 1 (uma) porta RS232;

XII- Reconhecimento automático das câmeras IPs com protocolo do fabricante das câmeras;

XIII- Deve ser capaz de exportar vídeos em AVI sem a necessidade do uso de programas específicos para conversão;

XIV- Formato de compressão dos arquivos: H.265/H.264/H.264H/H.264B/MJPEG;

XV- Resolução saída de vídeo: 3.840 x 2.160, 1920 x 1080, 1280 x 1024, 1280 x 720;

XVI- Suportar resoluções (visualização e gravação): 8MP(4K), 6MP, 5MP, 4MP, 3MP, 2MP (Full HD/1080p), 1MP (HD/720p), D1, CIF;

a) Para a gravação: todos em até 30fps.

XVII- Possuir zoom digital;

XVIII- Possuir reproduções simultâneas (playback) de até 4 canais;

XIX- Playback possuir as funções: Reproduzir, parar, retroceder, reprodução rápida, reprodução lenta, arquivo seguinte, arquivo anterior, próxima câmera, câmera anterior, tela cheia, reprodução aleatória, seleção de backup, zoom digital;

XX- Modos de backup: Dispositivo USB (com sistema de arquivos em FAT32), FTP e através de interface Web;

XXI- Modos de busca: Data e hora, com precisão de segundo; detecção de movimento e eventos;

XXII- Modos de backup: Dispositivo USB (com sistema de arquivos em FAT32), FTP e download através da página web do NVR.

XXIII- Busca por canal, tempo e tipo de evento;

#### 3.3.1.2. Características adicionais:

I- Possuir suporte a gravação de inteligências de vídeo: Linha virtual, Cerca virtual, Abandono / Retirada de objetos, Mudança de cena, Detecção de áudio, Detecção de face e Mapa de calor;

II- Armazenamento: Gravação simples por eventos, regular e avançado;

#### 3.3.2. Item 2 - Gravador Digital 64 Canais:

##### 3.3.2.1. Características Técnicas Mínimas:

I- Ser capaz de monitorar e gravar até 64 câmeras IP em Full HD a 30 FPS;

II- Possuir a capacidade de ser acessado remotamente através de computadores, smartphones e tablets;

III- Compatibilidade com gerenciamento de dados local ou remoto (via internet);

IV- Compatibilidade com contagem de pessoas;

V- Compatibilidade com LPR;

VI- Compatibilidade com o protocolos Intelbras-1 e Onvif;

VII- Suporte para até 8 HDs SATA III de mínimo 14TB cada com tecnologia de hibernação do HD, alarme de falha e alarme de espaço insuficiente;

VIII- Sem a necessidade de agregar um servidor à rede;

IX- Possuir 2 (duas) interfaces de rede (RJ-45) Gigabit Ethernet;

X- Possuir 1 (uma) porta HDMI;

XI- Possuir 1 (uma) porta VGA;

XII- Possuir 3 (três) portas USB, com pelo menos uma 3.0;

XIII- Possuir 1 (uma) porta RS232;

XIV- Reconhecimento automático das câmeras IPs com protocolo do fabricante das câmeras;

XV- Deve ser capaz de exportar vídeos em AVI sem a necessidade do uso de programas específicos para conversão;

XVI- Formato de compressão dos arquivos: H.265+/H.265/H.264+/H.264/MJPEG;

XVII- Resolução saída de vídeo: 3.840 × 2.160, 1920 × 1080, 1280 × 1024, 1280 × 720;

XVIII- Suportar resoluções (gravação): 12MP, 8MP(4K), 6MP, 5MP, 4MP, 3MP, 2MP (Full HD/1080p), 1MP (HD /720p), D1;

XIX- Detecção de movimento;

XX- Playback possuir as funções: Reproduzir, parar, retroceder, reprodução rápida, reprodução lenta, arquivo seguinte, arquivo anterior, próxima câmera, câmera anterior, tela cheia, reprodução aleatória, seleção de backup, zoom digital;

#### 3.3.2.2. Características adicionais:

I- Câmera offline, Erro de HD, HD cheio, Conflito de IP, Conflito de MAC, Login Bloqueado, Anormalidade na segurança de rede;

II- Detecção de queda, Detecção de aproximação, Detecção de número de pessoas excedentes, Detecção de Tempo de permanência, Detecção de Violência;

III- Busca de atributos faciais: Gênero, Idade, Óculos, Expressão, Máscara, Barba;

IV- Classificação de Objetos:

a) Pessoas: Tipo de roupa, Cor da roupa, Tipo de calça, Cor de calça, Chapéu, Bolsa, Gênero, Idade, Guarda-Chuva;

b) Veículos: Número de placa, Tipo, Cor, Tipo do veículo, Marca, Cor da placa, Ornamento, Cinto de segurança, Região;

c) Motos e bicicletas: Tipo, Cor, Número de passageiros, Uso de capacete;

#### 3.3.3. Item 3 - Câmera Bullet 5MP longa distância / uso externo:

##### 3.3.3.1. Características Técnicas Mínimas:

I- Compatibilidade com os itens 1 e 2;

II- Câmera IP;

III- Resolução: 5MP;

IV- Sensor: 1/2,7" Progressive CMOS;

V- Lente: Varifocal 2,7 a 13,5mm;

VI- Zoom ótico: mínimo 3x;

VII- Zoom digital: mínimo 12x;

VIII- Certificação / nível de proteção: IP67;

IX- Armazenamento: entrada para cartão micro-SD; FTP;

X- Controle de foco: automático e manual;

XI- Modos de vídeo: automático; colorido; preto e branco;

XII- Compressão de vídeo: H.265/ H.264/H.264H/H.264B/MJPEG;

XIII- Protocolos: HTTP; HTTPS; 802.1x; TCP; ARP; RTSP; RTP; UDP; RTCP; SMTP; FTP; DHCP; DNS; DDNS; PPPoE; IPv4/v6; QoS; UPnP; Bonjour; SIP; Multicast; SNMP;

XIV- Compatibilidade com o protocolos Intelbras-1 e Onvif;

XV- Alimentação: PoE 802.3af;

XVI- Distâncias (DORI), aproximadamente:

- a) Detectar: 200m;
- b) Observar: 80m;
- c) Reconhecer: 40m;
- d) Identificar: 20m;

XVII- Inteligência artificial:

- a) Detecção de face: expressão facial; gênero; óculos;
- b) Contagem de pessoas: entrada e saída; quantidade de pessoas;
- c) Classificação de humanos e veículos;
- d) Detecção de estacionamento;

#### 3.3.4. Item 4 - Câmera Bullet 4MP curta distância / uso interno:

3.3.4.1. Características Técnicas Mínimas:

I- Compatibilidade com os itens 1 e 2;

II- Câmera IP;

III- Resolução: 4MP;

IV- Sensor: 1/3" Progressive CMOS

V- Lente: 3,6 mm;

VI- Certificação / nível de proteção: IP67;

VII- Armazenamento: entrada para cartão micro-SD; FTP; SFTP;

VIII- Controle de foco: automático e manual;

IX- Modos de vídeo: automático; colorido; preto e branco;

X- Compressão de vídeo: H.265; H.264; H.264B; MJPEG;

XI- Protocolos: HTTP; HTTPS; 802.1x; TCP; ARP; RTSP; RTP; UDP; RTCP; SMTP; FTP; SFTP; DHCP; DNS; DDNS; PPPoE; IPv4/v6; QoS; UPnP; Bonjour; Multicast;

XII- Compatibilidade com o protocolos Intelbras-1 e Onvif;

XII- Alimentação: 802.3af;

XIV- Distâncias (DORI), aproximadamente:

- a) Detectar: 80m;
- b) Observar: 30m;
- c) Reconhecer: 16m;
- d) Identificar: 8m;

#### 3.3.5. Item 5 - Suporte de Poste Para Câmeras:



**3.3.5.1. Características Técnicas Mínimas:**

- I- Placa metálica compatível com fixação de câmeras bullet e dome;
- II- Dimensões da placa: 120 mm x 110 mm x 20 mm (aproximadamente);
- III- Instalação em poste;
- IV- Instalação interna e externa;
- V- Fixação com cinta dupla ajustável;
- VI- Material da cinta: aço inoxidável;
- VII- Diâmetro das cintas do poste: Ø 80mm - 150mm;

**3.3.6. Item 6 - Caixa de Passagem Metálica IP66 Para Câmeras:****3.3.6.1. Características Técnicas Mínimas:**

- I- Caixa de passagem metálica;
- II- De sobrepor;
- III- Instalação interna e externa;
- IV- Com tampa aparafusada;
- V- Grau de proteção IP66;
- VI- Dimensões: 40 mm x 40 mm x 15 mm; ou 41 mm x Ø 24 mm;
- VII- Deve possuir entradas para eletrodutos.

**3.3.7. Item 7 - Caixa Plástica de Passagem:****3.3.7.1. Características Técnicas Mínimas:**

- I- Caixa de passagem elétrica de parede;
- II- De sobrepor;
- III- Material em plástico;
- IV- Com tampa aparafusada;
- V- Dimensões (aproximadamente): 125mm x 123 mm x 60 mm;
- VI- Deve possuir entradas para eletrodutos.

**3.3.7.2. Informações Adicionais:**

- I- Caixa de passagem, derivação e acesso às redes elétricas, telefonia, lógica e televisão, permitindo também manutenções e inspeções. Caixa fabricada em termoplástico ou PVC, antichamas, opaca, com tampa fixada por parafusos (parafusos inclusos).
- II- Normas técnicas: NBR 5410:2004 Versão Corrigida: 2008; NBR IEC 60529:2005; NBR IEC 60670; NBR IEC 60439-3.

**3.3.8. Item 8 - Disco Rígido de 8 TB (terabytes):**

**3.3.8.1. Características Técnicas Mínimas:**

- I- Compatibilidade com os itens 1 e 2;
- II- Capacidade mínima: 8TB (terabytes);
- III- Tipo: Vigilância/Surveillance;
- IV- Tamanho: 3,5 polegadas;
- V- Interface: SATA III (6 GB/s);

**3.3.9. Item 9 - Disco Rígido de 14 TB (terabytes):****3.3.9.1. Características Técnicas Mínimas:**

- I- Compatibilidade com os itens 1 e 2;
- II- Capacidade mínima: 14TB (terabytes);
- III- Tipo: Vigilância/Surveillance
- IV- Tamanho: 3,5 polegadas;
- V- Interface: SATA III (6 GB/s);

**3.3.10. Item 10 - Switch 8 portas:****3.3.10.1. Características Técnicas Mínimas:**

- I- Tipo de Produto: Switch Ethernet gerenciável;
- II- Número total de portas de rede: 8 RJ-45 de 10/100/1000Mbps PoE+, 2 slots SFP 100/1000 Mbps;
- III- Tipo de Slot de Expansão: SFP;
- IV- Padrão: IEEE 802.3 at/af;
- V- Deve possuir 8 Portas PoE+ (RJ45);
- VI- Deve suprir no mínimo 150W para o PoE;
- VII- Deve suprir no mínimo 2 portas PoE+;
- VIII- Deve possuir capacidade de comutação igual ou superior à 20 Gbps;
- IX- Deve possuir taxa de Encaminhamento de Pacotes igual ou superior à 14 Mpps;
- X- Tabela de Endereços MAC de no mínimo 8k;
- XI- Deve operar à 100 - 127 / 200 - 240 VAC e frequência de 50/60 Hz;
- XII- Deve implementar IEEE 802.3ad Link Aggregation;
- XIII- Deve implementar Protocolo Spanning Tree; 802.1d STP; 802.1w RSTP; 802.1s MSTP;
- XIV- Deve implementar IEEE 802.3x Flow Control;
- XV- Deve implementar LLDP e LLDP-MED;
- XVI- Deve implementar DHCP Server, DHCP Snooping, DHCP client e DHCP Relay;
- XVII- Deve implementar IGMP snooping;

XVIII- Deve implementar MLD snooping;

XIX- Deve implementar reconhecimento de telefones IP e a associação automática de seu tráfego em VLAN específica (Voice VLAN) para isolamento e priorização do tráfego VoIP;

XX- Deve implementar IEEE 802.1Q;

XXI- Deve implementar VLAN de convidados (Guest VLAN);

XXII- Deve implementar listas de controle de Acesso (ACL) baseado em endereço IPv4, IPv6, MAC de origem e destino, porta e VLAN;

XXIII- Deve implementar SNMPv3, SSL e SSHv2;

XXIV- Deve implementar Jumbo frames com tamanho de até 9000 bytes;

XXV- Deve implementar IEEE 802.3ad Link Aggregation

XXVI- Deve implementar IEEE 802.3x Flow Control;

XXVII- Deve implementar IGMP;

XXVIII- Deve implementar IGMPv1/v2/v3 snooping;

XXIX- Deve implementar MLDv1/v2 snooping;

XXX- Deve implementar IEEE 802.1P (CoS);

XXXI- Deve implementar autenticação 802.1x;

XXXII- Deve implementar RADIUS;

XXXIII- Deve implementar accounting RADIUS;

XXXIV- Deve implementar proteção contra ataques de ARP;

XXXV- Deve implementar funcionalidade que permita que a configuração de root do Spanning Tree seja mantida mesmo no caso de recebimento de BPDU com maior prioridade (root guard);

XXXVI- Deve implementar suporte a IPv6 para os seguintes protocolos: Ping, Traceroute, Telnet, TFTP, SNMP, SSH, SSL.

XXXVII- Deve implementar LLDP e LLDP-MED;

XXXVIII- Deve implementar RFC 1213 MIB II;

XXXIX- Deve implementar RFC 2618 RADIUS Authentication Client MIB;

XL- Deve implementar RFC 2620 RADIUS Accounting Client MIB;

XLI- Deve implementar RFC 2925 Ping MIB;

XLII- Deve implementar RFC 1493 Bridge MIB;

XLIII- Deve implementar RFC 2674 P/Q-Bridge MIB;

XLIV- Deve ser fornecido com a versão de software mais completa disponível para o equipamento;

XLV- Deve ser fornecido com todas as licenças de software necessárias para o funcionamento integral de todas as funcionalidades disponíveis para o equipamento;

XLVI- Deve possuir garantia lifetime com assistência técnica no Brasil.

XLVII- Deve possuir Certificado de Homologação na Anatel, de acordo com a Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019.

**3.3.11. Item 11 - Switch 24 portas:****3.3.11.1. Características Técnicas Mínimas:**

I- Tipo de Produto: Switch Ethernet gerenciável;

II- Número total de portas de rede: 24 RJ-45 Gigabit Ethernet;

III- Tipo de Slot de Expansão: SFP+;

IV- Padrão: IEEE 802.3 at/af;

V- Tecnologia Ethernet: Gigabit Ethernet, 10 Gigabit Ethernet;

VI- Deve possuir no mínimo 24x Portas RJ45 de 10/100/1000Mbps PoE+; 4x Slots SFP+ 10G; 1x Porta de Console RJ45; 1x Porta de Console Micro-USB;

VII- Deve possuir 24 Portas PoE+ (RJ45) - Compatível com 802.3at/af;

VIII- Deve suprir no mínimo 384W para o PoE;

IX- Deve suprir no mínimo 4 portas PoE+;

X- Deve possuir capacidade de comutação igual ou superior à 128 Gbps;

XI- Deve possuir taxa de Encaminhamento de Pacotes igual ou superior à 95 Mpps;

XII- Tabela de Endereços MAC de no mínimo 16k;

XIII- Deve operar à 100 - 127 / 200 - 240 VAC e frequência de 50/60 Hz;

XIV- Montável em Rack 19";

XV- Deve implementar IEEE 802.3ad Link Aggregation;

XVI- Deve implementar Protocolo Spanning Tree; 802.1d STP; 802.1w RSTP; 802.1s MSTP;

XVII- Deve implementar IEEE 802.3x Flow Control;

XVIII- Deve implementar LLDP e LLDP-MED;

XIX- Deve implementar DHCP Server, DHCP Snooping, DHCP client e DHCP Relay;

XX- Deve implementar IGMP snooping;

XXI- Deve implementar MLD snooping;

XXII- Deve implementar reconhecimento de telefones IP e a associação automática de seu tráfego em VLAN específica (Voice VLAN) para isolamento e priorização do tráfego VoIP;

XXIII- Deve implementar IEEE 802.1Q;

XXIV- Deve implementar VLAN de convidados (Guest VLAN);

XXV- Deve implementar listas de controle de Acesso (ACL) baseado em endereço IPv4, IPv6, MAC de origem e destino, porta e VLAN;

XXVI- Deve implementar SNMPv3, SSL e SSHv2;

XXVII- Deve implementar Jumbo frames com tamanho de até 9000 bytes;

XXVIII- Deve implementar IGMP;

XXIX- Deve implementar IGMPv1/v2/v3 snooping;

XXX- Deve implementar MLDv1/v2 snooping;

XXXI- Deve implementar IEEE 802.1P (CoS);

XXXII- Deve implementar autenticação 802.1x;

XXXIII- Deve implementar RADIUS;

XXXIV- Deve implementar accounting RADIUS;

XXXV- Deve implementar TACACS+;

XXXVI- Deve implementar proteção contra ataques de ARP;

XXXVII- Deve implementar funcionalidade que permita que a configuração de root do Spanning Tree seja mantida mesmo no caso de recebimento de BPDU com maior prioridade (root guard);

XXXVIII- Deve implementar suporte a IPv6 para os seguintes protocolos: Ping, Traceroute, Telnet, TFTP, SNMP, SSH, SSL;

XXXIX- Deve implementar LLDP e LLDP-MED;

XL- Deve implementar Sflow;

XLI- Deve implementar RFC 1213 MIB II;

XLII- Deve implementar RFC 2618 RADIUS Authentication Client MIB;

XLIII- Deve implementar RFC 2620 RADIUS Accounting Client MIB;

XLIV- Deve implementar RFC 2819 RMON MIB;

XLV- Deve implementar RFC 2021 RMON2 MIB;

XLVI- Deve implementar RFC 2925 Ping MIB;

XLVII- Deve implementar RFC 2233 Interface MIB;

XLVIII- Deve implementar RFC 1643 Ethernet Interface MIB;

XLIX- Deve implementar RFC 1493 Bridge MIB;

L- Deve implementar RFC 2674 P/Q-Bridge MIB;

LI- Deve ser fornecido com a versão de software mais completa disponível para o equipamento;

LII- Deve ser fornecido com todas as licenças de software necessárias para o funcionamento integral de todas as funcionalidades disponíveis para o equipamento;

LIII- Deve possuir garantia lifetime com assistência técnica no Brasil;

LIV- Deve possuir Certificado de Homologação na Anatel, de acordo com a Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019.

### 3.3.12. Item 12 - Switch 48 portas:

#### 3.3.12.1. Características Técnicas Mínimas:

I- Tipo de Produto: Switch PoE Ethernet gerenciável;

II- Suporte à camada 3;

III- Número total de portas de rede: 48 RJ-45 Gigabit Ethernet, com no mínimo 4 portas 10G SFP+, 1 porta de console RJ-45, 1 porta de console micro-USB;

- IV- Tipo de Slot de Expansão: SFP+;
- V- Padrão: IEEE 802.3 at/af;
- VI- Tecnologia Ethernet: Gigabit Ethernet, 10 Gigabit Ethernet;
- VII- Monitoramento e configuração à distância.
- VIII- Montável em rack 19";
- IX- Deve operar à 100 - 127 / 200 - 240 VAC e frequência de 50/60 Hz;
- X- Deve possuir capacidade de comutação igual ou superior à 176 Gbps;
- XI- Deve possuir taxa de Encaminhamento de Pacotes igual ou superior à 130 Mpps;
- XII- Tabela de Endereços MAC de no mínimo 16k;
- XIII- Deve implementar IEEE 802.3ad Link Aggregation;
- XIV- Deve implementar Protocolo Spanning Tree; 802.1d STP; 802.1w RSTP; 802.1s MSTP;
- XV- Deve implementar IEEE 802.3x Flow Control;
- XVI- Deve implementar LLDP e LLDP-MED;
- XVII- Deve implementar DHCP Server, DHCP Snooping, DHCP client e DHCP Relay;
- XVIII- Deve implementar IGMP snooping;
- XIX- Deve implementar MLD snooping;
- XX- Deve implementar reconhecimento de telefones IP e a associação automática de seu tráfego em VLAN específica (Voice VLAN) para isolamento e priorização do tráfego VoIP;
- XXI- Deve implementar IEEE 802.1Q;
- XXII- Deve implementar VLAN de convidados (Guest VLAN);
- XXIII- Deve implementar listas de controle de Acesso (ACL) baseado em endereço IPv4, IPv6, MAC de origem e destino, porta e VLAN;
- XXIV- Deve implementar SNMPv3, SSL e SSHv2;
- XXV- Deve implementar Jumbo frames com tamanho de até 9000 bytes;
- XXVI- Deve implementar IGMP;
- XXVII- Deve implementar IGMPv1/v2/v3 snooping;
- XXVIII- Deve implementar MLDv1/v2 snooping;
- XXIX- Deve implementar IEEE 802.1P (CoS);
- XXX- Deve implementar autenticação 802.1x;
- XXXI- Deve implementar RADIUS;
- XXXII- Deve implementar accounting RADIUS;
- XXXIII- Deve implementar TACACS+;
- XXXIV- Deve implementar proteção contra ataques de ARP;
- XXXV- Deve implementar funcionalidade que permita que a configuração de root do Spanning Tree seja mantida mesmo no caso de recebimento de BPDU com maior prioridade (root guard);

XXXVI- Deve implementar suporte a IPv6 para os seguintes protocolos: Ping, Traceroute, Telnet, TFTP, SNMP, SSH, SSL.

XXXVII- Deve implementar LLDP e LLDP-MED;

XXXVIII- Deve implementar Sflow;

XXXIX- Deve implementar RFC 1213 MIB II;

XL- Deve implementar RFC 2618 RADIUS Authentication Client MIB;

XLI- Deve implementar RFC 2620 RADIUS Accounting Client MIB;

XLII- Deve implementar RFC 2819 RMON MIB;

XLIII- Deve implementar RFC 2021 RMON2 MIB;

XLIV- Deve implementar RFC 2925 Ping MIB;

XLV- Deve implementar RFC 2233 Interface MIB;

XLVI- Deve implementar RFC 1643 Ethernet Interface MIB;

XLVII- Deve implementar RFC 1493 Bridge MIB;

XLVIII- Deve implementar RFC 2674 P/Q-Bridge MIB;

XLIX- Deve ser fornecido com a versão de software mais completa disponível para o equipamento;

L- Deve ser fornecido com todas as licenças de software necessárias para o funcionamento integral de todas as funcionalidades disponíveis para o equipamento;

LI- Deve possuir garantia *lifetime* com assistência técnica no Brasil;

LII- Deve possuir Certificado de Homologação na Anatel, de acordo com a Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019.

### 3.3.13. Item 13 - Switch tipo: topo de Rack / de acesso

#### 3.3.13.1. Características Técnicas Mínimas:

I- Deve possuir no mínimo 24 portas 10/100/1000 (IEEE 802.3 Type 10BASE-T, IEEE 802.3u Type 100BASE-TX, IEEE 802.3ab Type 1000BASE-T); Duplex: 10BASE-T/100BASE-TX: half or full; 1000BASE-T: full only;

II- Deve possuir 4 portas SFP+ fixed 1000/10000 SFP+;

III- Deve possuir latência menor que 5 s para o tráfego de 1000 Mb;

IV- Deve possuir latência menor que 3 s para o tráfego de 10 Gbps;

V- Deve possuir taxa de transferência igual ou superior à 95 Mpps;

VI- Deve possuir capacidade de comutação igual ou superior à 128 Gbps;

VII- Deve possuir fonte de alimentação interna 110/220VAC e frequência de 50/60 Hz;

VIII- Deve ser montável em Rack 19";

IX- Deve possuir certificação IPv6;

X- A tabela de endereço MAC deve suportar no mínimo 16384 endereços;

XI- Deve suportar 4094 VLANs;

- XII- Deve implementar STP BPDU Protection (BPDU Guard);
- XIII- Deve implementar Jumbo frames com tamanho de até 9000 bytes;
- XIV- Deve implementar MSTP;
- XV- Deve implementar IEEE 802.1ad Q-in-Q;
- XVI- Deve implementar IEEE 802.3ad Link Aggregation (LAG);
- XVII- Deve implementar IEEE 802.1w Rapid Reconfiguration of Spanning Tree;
- XVIII- Deve implementar IEEE 802.3x Flow Control;
- XIX- Deve implementar RIPv2;
- XX- Deve implementar OSPFv1/v2;
- XXI- Deve implementar OSPFv3;
- XXII- Deve suportar no mínimo 1024 rotas;
- XXIII- Deve implementar IGMPv3;
- XXIV- Deve implementar IGMP snooping;
- XXV- Deve implementar MLD snooping;
- XXVI- Deve implementar RFC 3810 Multicast Listener Discovery Version 2 (MLDv2) for IPv6;
- XXVII- Deve implementar reconhecimento de telefones IP do mesmo e de outros fabricantes e a associação automática de seu tráfego em VLAN específica (Voice VLAN) para isolamento e priorização do tráfego VoIP;
- XXVIII- Deve implementar IEEE 802.1P (CoS);
- XXIX- Deve implementar RFC 2474 DSCP DiffServ;
- XXX- Deve implementar RFC 2597 DiffServ Assured Forwarding (AF);
- XXXI- Deve implementar autenticação 802.1x;
- XXXII- Deve implementar listas de controle de Acesso (ACL) baseado em endereço IPv4, IPv6 e MAC de origem e destino, porta e VLAN;
- XXXIII- Deve implementar accounting RADIUS;
- XXXIV- Deve implementar proteção contra ataques de ARP;
- XXXV- Deve implementar proteção contra IP spoofing (IP source guard);
- XXXVI- Deve implementar SNMPv3, SSL e SSHv2;
- XXXVII- Deve implementar funcionalidade que permita que a configuração de root do Spanning Tree seja mantida mesmo no caso de recebimento de BPDU com maior prioridade (root guard);
- XXXVIII- Deve implementar RFC 1492 TACACS+;
- XXXIX- Deve implementar RFC 2865 Remote Authentication Dial In User Service (RADIUS);
- XL- Deve implementar RFC 2866 RADIUS Accounting;
- XLI- Deve implementar DHCP Server, DHCP Snooping, DHCP client e DHCP Relay;
- XLII- Deve implementar gerenciamento IPv6, incluindo suporte a IPv6 para os seguintes protocolos: Ping, Traceroute, Telnet, TFTP, DNS, Syslog, FTP, SNMP, DHCP e RADIUS;



- XLIII- Deve permitir duas imagens de firmware;
- XLIV- Deve implementar TFTP;
- XLV- Deve implementar Secure File Transfer Protocol;
- XLVI- Deve implementar LLDP e LLDP-MED;
- XLVII- Deve implementar Sflow;
- XLVIII- Deve implementar RFC 1213 MIB II;
- XLIX- Deve implementar RFC 2618 RADIUS Authentication Client MIB;
- L- Deve implementar RFC 2620 RADIUS Accounting Client MIB;
- LI- Deve implementar RFC 2819 RMON MIB;
- LII- Deve implementar RFC 2925 Ping MIB;
- LIII- Deve ser fornecido com a versão de software mais completa disponível para o equipamento;
- LIV- Deve ser fornecido com todas as licenças de software necessárias para o funcionamento integral de todas as funcionalidades disponíveis para o equipamento;
- LV- Deve possuir garantia lifetime com assistência técnica no Brasil.
- LVI- Deve possuir Certificado de Homologação na Anatel, de acordo com a Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019.

#### 3.3.14. Item 14 - Switch tipo: de Distribuição

##### 3.3.14.1 Características Técnicas Mínimas:

- I- Deve possuir no mínimo 24 portas SFP+, podendo ser até 8 portas através da adição de módulos que devem ser inclusos para totalizar 24 portas ativas simultaneamente;
- II- Deve suportar no mínimo 4 portas 10/100/1000BaseT podendo ser através da adição ou substituição de módulos;
- III- Deve suportar as tecnologias SFP, SFP+ e XFP;
- IV- Deve suportar empilhamentos através de adição de módulos. Não é necessário o fornecimento do módulo neste item;
- V- Deve possuir fonte de alimentação interna redundante 110/220VAC;
- VI- As fontes de alimentação devem suportar hot-swap;
- VII- Deve ser montável em Rack 19";
- VIII- Deve possuir certificação IPv6;
- IX- Deve possuir latência menor que 2.8 s (pacotes de 64-bytes) para o tráfego de 1000 Mb;
- X- Deve possuir latência menor que 1.8 s (pacotes de 64-bytes) para o tráfego de 10Gbps;
- XI- Deve possuir latência menor que 1.5 s (pacotes de 64-bytes) para o tráfego de 40Gbps;
- XII- Deve possuir taxa de transferência igual ou superior à 280 Mpps;
- XIII- Deve possuir capacidade de comutação igual ou superior à 480 Gbps;
- XIV- A tabela de endereço MAC deve suportar no mínimo 64000 endereços;

- XV- Deve suportar a criação de grupos de agregação de link contendo portas em unidades diferentes da pilha;
- XVI- Deverá implementar mecanismo para aplicação de patches de firmware sem interromper o funcionamento do switch e sem necessidade de se reiniciar o switch;
- XVII- Deve implementar VLANs baseadas em MAC;
- XVIII- Deve suportar 4094 VLANs;
- XIX- Deve implementar registro dinâmico de VLANs (GARP VLAN Registration Protocol -GVRP);
- XX- Deve implementar STP BPDU Protection (BPDU Guard);
- XXI- Deve implementar Jumbo frames com tamanho de até 9000 bytes;
- XXII- Deve implementar MSTP;
- XXIII- Deve implementar IEEE 802.1ad Q-in-Q;
- XXIV- Deve implementar IEEE 802.3ad Link Aggregation (LAG);
- XXV- Deve implementar IEEE 802.1w Rapid Reconfiguration of Spanning Tree;
- XXVI- Deve implementar IEEE 802.3x Flow Control;
- XXVII- Deve suportar dual stack IPv4/IPv6;
- XXVIII- Deve implementar RIPv2, com suporte a autenticação MD5;
- XXIX- Deve implementar OSPF;
- XXX- Deve implementar BGP;
- XXXI- Deve implementar tunelamento IPv6, permitindo o encapsulamento de tráfego IPv6 em redes IPv4;
- XXXII- Deve suportar no mínimo 10.000 rotas IPv4 ou 5.000 rotas IPv6;
- XXXIII- Deve implementar RIPvng;
- XXXIV- Deve implementar OSPFv3;
- XXXV- Deve implementar roteamento baseado em políticas (Policy-Based routing);
- XXXVI- Deve implementar Bidirectional Forwarding Detection (BFD);
- XXXVII- Deve implementar VRRP;
- XXXVIII- Deve implementar RFC 1850 OSPFv2 Management Information Base (MIB);
- XXXIX- Deve implementar RFC 2328 OSPFv2;
- XL- Deve implementar RFC 3623 Graceful OSPF Restart;
- XLI- Deve implementar IGMP v1, v2 e v3;
- XLII- Deve implementar IGMP snooping;
- XLIII- Deve implementar MLD snooping;
- XLIV- Deve implementar RFC 2710 Multicast Listener Discovery (MLD) for IPv6;
- XLV- Deve implementar RFC 3810 Multicast Listener Discovery Version 2 (MLDv2) for IPv6;
- XLVI- Deve implementar mínimo de 8 filas de QoS por porta;

XLVII- Deve implementar reconhecimento de telefones IP do mesmo e de outros fabricantes e a associação automática de seu tráfego em VLAN específica (Voice VLAN) para isolamento e priorização do tráfego VoIP;

XLVIII- Deve implementar IEEE 802.1P (CoS);

XLIX- Deve implementar RFC 2474 DSCP DiffServ;

L- Deve implementar RFC 2475 DiffServ Architecture;

LI- Deve implementar RFC 2597 DiffServ Assured Forwarding (AF);

LII- Deve implementar RFC 2598 DiffServ Expedited Forwarding (EF);

LIII- Deve implementar autenticação 802.1x de múltiplos usuários por porta;

LIV- Deve implementar autenticação via web para clientes;

LV- Deve implementar listas de controle de Acesso (ACL) baseado em endereço IPv4, IPv6 e MAC de origem e destino, porta, protocolo e VLAN;

LVI- Deve implementar accounting RADIUS;

LVII- Deve implementar proteção contra ataques de ARP;

LVIII- Deve implementar proteção contra IP spoofing (IP source guard);

LIX- Deve implementar SNMPv3, SSL e SSHv2;

LX- Deve implementar funcionalidade que permita que a configuração de root do Spanning Tree seja mantida mesmo no caso de recebimento de BPDU com maior prioridade (root guard);

LXI- Deve implementar RFC 1492 TACACS+;

LXII- Deve implementar RFC 2865 Remote Authentication Dial In User Service (RADIUS);

LXIII- Deve implementar RFC 2866 RADIUS Accounting;

LXIV- Deve permitir autenticação em servidores RADIUS e TACACS+;

LXV- Deve implementar DHCP Server, DHCP Snooping, DHCP client e DHCP Relay, para IPv4 e IPv6;

LXVI- Deve implementar gerenciamento IPv6, incluindo suporte a IPv6 para os seguintes protocolos: Ping, Traceroute, Telnet, TFTP, DNS, Syslog, FTP, SNMP, DHCP e RADIUS;

LXVII- Deve permitir duas imagens de firmware;

LXVIII- Deve implementar TFTP;

LXIX- Deve implementar Secure File Transfer Protocol;

LXX- Deve implementar LLDP e LLDP-MED;

LXXI- Deve implementar Sflow;

LXXII- Deve implementar RFC 1213 MIB II;

LXXIII- Deve implementar RFC 1724 RIPv2 MIB;

LXXIV- Deve implementar RFC 1850 OSPFv2 MIB;

LXXV- Deve implementar RFC 2618 RADIUS Authentication Client MIB;

LXXVI- Deve implementar RFC 2620 RADIUS Accounting Client MIB;

LXXVII- Deve implementar RFC 2787 VRRP MIB;

LXXVIII- Deve implementar RFC 2819 RMON MIB;

LXXIX- Deve implementar RFC 2925 Ping MIB;

LXXX- Deve implementar RFC 4113 UDP MIB;

LXXXI- Deve ser fornecido com a versão de software mais completa disponível para o equipamento;

LXXXII- Deve ser fornecido com todas as licenças de software necessárias para o funcionamento integral de todas as funcionalidades disponíveis para o equipamento;

LXXXIII- Deve possuir garantia lifetime com assistência técnica no Brasil e com atendimento de suporte imediato para chamados críticos;

LXXXIV- Deve possuir Certificado de Homologação na Anatel, de acordo com a Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019.

### **3.3.15. Item 15 - Injetor PoE:**

#### **3.3.15.1. Características Técnicas Mínimas:**

I- Deve ser do mesmo fabricante das câmeras de vigilância (itens 3 e 4) ou homologado e certificado pelo mesmo para utilização em seus equipamentos;

II- Potência: até 15.4W;

III- Padrão: IEEE 802.3af;

IV- Deve permitir o fornecimento de energia suficiente para habilitar todas as funcionalidades das câmeras de vigilância;

V- Deve possuir 2 portas RJ-45 fêmea, uma para conectar ao switch não-PoE, outra para fornecer energia e dados. Ambas as portas devem operar em Gigabit ou velocidade superior;

VI- Deve acompanhar cabos e acessórios para o seu perfeito funcionamento;

VII- Deve ser fornecido com fonte de alimentação interna com capacidade para operar em tensões de 110V ou 220V com comutação automática;

VIII- Deve ser incluído cabo para conexão à rede elétrica no padrão brasileiro.

### **3.3.16. Item 16 - Servidor tipo rack:**

#### **3.3.16.1. Características Técnicas Mínimas:**

##### **3.3.16.1.1. Gabinete:**

I- Gabinete para montagem e uso em rack padrão EIA de 19" através de sistema de trilhos deslizantes;

II- Altura de, no máximo, 2U (duas unidades de rack);

III- Deverá possuir tampa frontal com chave;

IV- Deve possuir botão liga/desliga na parte frontal do equipamento;

V- Possuir display ou LEDs embutido no painel frontal do gabinete para exibição de alertas de funcionamento dos componentes internos, tais como exibição de alertas de funcionamento dos componentes internos, tais como falhas de memória RAM, fontes de alimentação, disco rígido e ventilador; falhas de memória RAM, fontes de alimentação, disco rígido e ventilador;

VI- Deve possuir suporte de no mínimo 8 (oito) baias para instalação de discos rígidos de 2.5 polegadas;

VII- Deverá ser entregue junto com o servidor, um kit de fixação para rack do tipo retrátil, permitindo o deslizamento do servidor e a organização dos cabos de alimentação e dados a fim de facilitar sua manutenção;

VIII- Deverá acompanhar todos os acessórios (trilhos, suportes, conectores, parafusos, roscas, porcas-gaiola, organizador de cabos, etc) próprios para a montagem em racks de 19”;

IX- Deve possuir sistema de ventilação redundante, *hot-swap* ou *hot-pluggable* para que a CPU suporte a configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para o perfeito funcionamento do equipamento, e que permita a substituição mesmo com o equipamento em funcionamento.

#### **3.3.16.1.2. Fonte de Alimentação:**

I- Mínimo de 2 (duas) fontes, suportando o funcionamento do equipamento na configuração ofertada mesmo em caso de falha de uma das fontes;

II- As fontes devem ter a menor potência necessária para atender as configurações do equipamento a ser entregue;

III- As duas fontes devem possuir a mesma potência e tensão de entrada;

IV- Deverá ser fornecido com sua quantidade máxima de fontes;

V- As fontes deverão ser redundantes, *hot-swap* ou *hot-pluggable* permitindo a substituição de qualquer uma das fontes em caso de falha sem parada ou comprometimento do funcionamento do equipamento;

VI- As fontes de alimentação devem possuir certificação 80Plus, no mínimo na categoria PLATINUM.

VII- A fonte deve ter potência mínima de 750 watts;

VIII- As fontes devem possuir tensão de entrada de 200VAC a 240VAC, com ajuste automático de tensão;

a) Caso a fonte seja bivolt, deverá possuir ajuste automático de tensão;

IX- Deverá acompanhar cabo de alimentação padrão NBR14136 para cada fonte de alimentação fornecida.

#### **3.3.16.1.3. Processador:**

I- Equipado com 2 (dois) processadores físicos simétricos, com arquitetura x86\_64 e suporte a virtualização;

II- Cada equipamento deve possuir, no máximo, 48 (quarenta e oito) núcleos físicos, igualmente distribuídos entre o número de processadores físicos.

III- Deverá implementar mecanismos de gerenciamento do consumo de energia compatível com o padrão ACPI v4;

IV- Deve suportar conjunto de instruções estendido compatível com padrão Deve suportar conjunto de instruções estendido compatível com padrão AVX-512;

V- A placa-mãe deverá suportar processadores de até 205 W;

VI- Frequência nominal de clock interno de no mínimo 2,00 GHz;

VII- Energia Térmica de Projeto ou Thermal Design Power (TDP) limitado a, no máximo, 165 W.

VIII- Controladora de memória com suporte a DDR4 ou superior, de no mínimo 2666 MHz, oferecendo no mínimo 6 canais de memória;

IX- Link de comunicação do processador com o restante do sistema de 10.4 GT/s;

X- Memória cache L3 igual ou superior a 35,75 MB;

XI- Deverá ser fornecido o modelo de processador, em configuração suportada pelo módulo fornecido, que não poderá constar na lista de fim de vida (EoL) ou de vendas (EoS) nos próximos 06 (seis) meses à data de abertura do certame.

#### **3.3.16.1.4. Desempenho:**

I- O processador ofertado deverá ter índice SPEC CPU2017 *Integer Rate Results* (Baseline) auditado de no mínimo 300 para o equipamento ofertado. Os índices SPEC CPU2017 *Integer Rate Results* (Baseline) utilizados como referência serão validados junto ao site <http://www.spec.org/> Standard Performance Evaluation Corporation. Não serão aceitas estimativas para modelos / famílias de processadores não auditados pelo SPEC, resultados obtidos com a utilização de servidores em cluster, bem como estimativas em resultados inferiores ao mínimo especificado;

II- Não será aceito modelo de servidor não auditado pelo Standard Performance Evaluation Corporation ou auditado antes de 2020.

#### **3.3.16.1.5. Memória RAM:**

I- Ser equipado com, no mínimo, 1,5 TB (um e meio terabyte) de memória utilizando módulos de 64 GB do tipo DDR-4 RDIMM (Registered DIMM) ou LRDIMM (Load Reduced DIMM) com tecnologia de correção ECC (Error Correcting Code) e velocidade de, no mínimo, 2666 MHz;

II- Deve possuir no mínimo 28 slots de memória DIMM;

III- Suportar expansão de memória RAM para no mínimo 3 TB (três terabytes);

IV- Só será aceita memórias do tipo LRDIMM ou RDIMM para a funcionalidade de memória RAM.

#### **3.3.16.1.6. Circuitos Integrados (Chipset) e Placa-mãe:**

I- O chipset deve ser da mesma marca do fabricante do processador;

II- A placa-mãe deve vir com Chip TPM 2.0 instalado e operacional;

III- Possuir, no mínimo, 2 (dois) slots PCI Express 3.0 ou superior livres;

IV- Placa-mãe da mesma marca do fabricante do equipamento, desenvolvida especificamente para o modelo ofertado. Não serão aceitas placas de livre comercialização no mercado;

V- A interface LOM deverá suportar placas com interfaces de 1Gbps.

#### **3.3.16.1.7. Controladora de Vídeo:**

I- Deve ser do tipo on-board (integrado na placa-mãe);

II- Capacidade da memória cache de vídeo ou da placa de vídeo: mínimo de 16 MB (dezesesseis megabytes);

III- Resolução gráfica de 1280 x 1024 pixels ou superior.

IV- Deve possuir uma interface de vídeo para conexão de monitor de vídeo.

#### **3.3.16.1.8. BIOS e Segurança:**

I- BIOS desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas;

II- A BIOS deve possuir o número de série do equipamento e campo editável que permita inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento, como número de propriedade e de serviço;

III- A BIOS deve possuir opção de criação de senha de acesso, senha de administrador ao sistema de configuração do equipamento;

IV- Deve ser atualizável por software;

V- As atualizações de BIOS/UEFI devem possuir (assinatura) autenticação criptográfica segundo as especificações NIST SP800-147B e NIST SP800-155.

VI- Deve possuir funcionalidade de recuperação de estado da BIOS/UEFI a uma versão anterior gravada em área de memória exclusiva e destinada a este fim, de modo a garantir recuperação em caso de eventuais falhas em atualizações ou incidentes de segurança.

VII- Deverá ser fornecido tampa frontal com chave;

VIII- Deverá emitir alerta de abertura do gabinete;

IX- Por solicitação da licitante o equipamento poderá ser fornecido de fábrica com senha única, individual e exclusiva afixada em uma etiqueta de difícil remoção.

#### **3.3.16.1.9. Portas de Comunicação:**

I- Todos os conectores das portas de entrada/saída devem ser identificados pelos nomes ou símbolos;

II- Possuir 3 (três) interfaces USB sendo, no mínimo uma destas interfaces no padrão 3.0;

III- Possuir, no mínimo, 2 (duas) portas de vídeo padrão VGA (DB-15) ou Displayport, uma localizada na parte frontal do gabinete e outra na parte traseira do gabinete;

IV- Possuir, no mínimo, 01 (uma) porta serial (DB-9) integrada;

V- Possuir porta USB ou MINI-USB frontal dedicada para gerência.

#### **3.3.16.1.10. Interface de Rede 10Gbps:**

I- Possuir no mínimo: 02 (duas) interfaces de rede 10/25Gb SFP e 2 (duas) interfaces de rede de no mínimo 100 /1000 Mbps metálica (RJ-45);

II- Deve ser padrão PCI ou rNDC (Network Daughter Card) padrão GEN3 x8 ou superior;

III- Deve suportar substituição em campo sem a necessidade de troca da placa-mãe;

IV- Suporte ao protocolo LRO para Túneis VXLAN e GENEVE;

V- Suportar taxa de transferência de 10Gbps;

VI- No mínimo 2 (duas) interfaces do tipo SFP28 com suporte a 10GBase-SR e 25GBase-SR, com conector LC;

VII- Deve ser fornecida com 02 (dois) *transceivers* SFP28 de com suporte a 10GBase-SR e 25GBase-SR (Dual Rate), compatíveis com as interfaces instaladas;

a) No caso de não possuir *transceiver* que opere nas duas velocidades, deverão ser entregues 04 (quatro) *transceivers*, sendo 02 (dois) SFP+ 10GBase-SR e 02 (dois) SFP28 25GBase-SR.

#### **3.3.16.1.11. Controladora RAID:**

I- Controladora RAID, compatível com discos rígido padrão SAS 12Gb/s e SATA 6Gb/s;

II- Memória cache de, no mínimo, 4 GB (quatro gigabytes) sendo que esta quantidade total de memória cache poderá ser atendida através de uma ou no máximo duas placas instaladas no servidor;

III- Suportar e implementar RAID 0, 1, 5, 6, 10, 50 e 60;

IV- Suportar expansão de capacidade de formatação on-line;

V- A controladora RAID deverá possuir quantidade de canais para atender a todos os discos do chassi ofertado;

VI- Permita detecção e recuperação automática de falhas e reconstrução, também de forma automática, dos volumes de RAID sem impacto para as aplicações e sem necessidade de reiniciar o equipamento;

VII- Deverá permitir a operação em modo RAID e pass-through em discos distintos. Ou fornecer controladora RAID e controladora pass-through;

VIII- Suporte a recursos de hot-swap para as unidades de disco rígido;

IX- Suportar implementação de disco Global Hot-spare;

X- Suportar migração de nível de RAID;

XI- suportar Self-Monitoring Analysis and Reporting Technology (SMART).

**3.3.16.1.12. Armazenamento:**

I- No mínimo 2 (duas) interfaces SAN de, no mínimo, 16 Gbps (dezesesseis gigabits por segundo), do tipo SW (multimodo);

II- As interfaces SAN deverão ter compatibilidade para operar, de forma automática, em rede de 8 Gbps (oito gigabits por segundo).

III- Deve ser fornecida com 02 (dois) *transceivers* compatíveis com as interfaces instaladas;

IV- Conectores no padrão LC;

V- No mínimo, 1 (um) slot de expansão PCI-E livre após a configuração completa da máquina.

VI- Armazenamento bruto (raw) composto por, no mínimo, 08 (oito) unidades do dispositivo de armazenamento de dados do tipo SAS (Serial Attached SCSI) de, no mínimo, 2.4 TB (terabytes) cada disco;

VII- Deve ser do tipo *hot plug* ou *hot swap*, que permita sua substituição sem necessidade de desligar o equipamento, garantindo a continuidade das operações sem impacto para as aplicações;

VIII- Dispositivos de armazenamento padrão SAS com as seguintes características:

a) Deve ser do tipo SAS;

b) Formato de 2.5";

c) Capacidade de 2.4 TB;

d) Deve ser do tipo HOT-SWAP (troca sem a necessidade de desligar o equipamento);

IX- Deve suportar funcionalidade de apagar todos os dados do disco através da BIOS do equipamento;

X- Para a instalação de virtualizador (hypervisor), cada equipamento deverá possuir, no mínimo, 2 (dois) módulos de armazenamento espelhados, com capacidade de, no mínimo, 240 GB ou Gib (duzentos e quarenta gigabytes ou gibibytes) cada. Para esta finalidade não serão aceitos discos rígidos mecânicos (com 7.200 rpm, 10k rpm ou 15k rpm).

XI- Não serão aceitos discos em gabinetes externos ao servidor.

**3.3.16.1.13 Sistema Operacional:**

I- O servidor deverá ser ofertado SEM sistema operacional;

II- O fabricante deve disponibilizar no seu respectivo website, download gratuito de todos os Drivers dos dispositivos, BIOS e Firmwares para o equipamento ofertado;

III- Apresentar declaração do fabricante informando que todos os componentes do objeto são novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e que não estão fora de linha de fabricação;

IV- O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema operacional Windows Server 2019 ou superior. Esse item deverá ser comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Microsoft no link: <http://www.windowsservercatalog.com>;

V- O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema de virtualização VMware ESXi 6.7 ou posterior. Esse item deverá ser comprovado através do Compatibility Guide da VMware no link: <http://www.vmware.com/resources/compatibility>.

**3.3.16.1.13. Gerenciamento e Inventário:**

I- O equipamento deve possuir solução de gerenciamento do próprio fabricante através de recursos de hardware e software com capacidade de prover as seguintes funcionalidades:

II- No mínimo 1 (uma) interface para gerenciamento via console.

III- O idioma da Interface de Gerência/BIOS deve ser Português do Brasil ou Inglês;



IV- Deve ter funcionalidade de verificação de Firmware assinado digitalmente.

V- No mínimo 1 (uma) porta de gerência dedicada, com conector RJ-45, 1 Gbps (um gigabit por segundo), compatível com TCP/IP. Essa interface pode ser compartilhada com outras interfaces de 1Gbps.

VI- As interfaces SAN deverão ter compatibilidade para operar, de forma automática, em rede de 8 Gbps (oito gigabits por segundo).

VII- Possuir software de gerência, com capacidade de gerenciamento remoto de um único equipamento (1:1) e vários equipamentos (1:N);

VIII- Permitir visualização remota da tela e controle de teclado e mouse do servidor em padrão web (deve usar HTML5);

IX- A interface de gerenciamento deve contar com mecanismo de hardware, com software embutido, com suporte a Console Remota e controle do power button do servidor;

X- A interface de gerenciamento deve possuir o recurso de recuperação automática do equipamento, que reinicia o equipamento em caso de travamento do sistema operacional ou hypervisor;

XI- Deve possibilitar a detecção de Intrusão do Chassi, pela BIOS, interface de gerência ou outra funcionalidade da própria máquina.

XII- O equipamento deve possuir interface de rede dedicada para gerenciamento que suporte nativamente a atribuição de endereçamento IP dinâmico;

XIII- Permitir o monitoramento remoto, de todo o hardware das condições de funcionamento dos equipamentos e seus componentes, tais como: processadores, memória RAM, controladora RAID, discos, fontes de alimentação, NICs e ventiladores;

XIV- Suportar os protocolos de criptografia SSL para acesso Web e SSH para acesso CLI;

XV- Emitir alertas de anormalidade de hardware através do software de e suportar o encaminhamento via e-mail e trap SNMP;

XVI- Suportar autenticação local e através de integração com MS Active Directory/LDAP;

XVII- Deverá suportar autenticação de 2 fatores;

XVIII- Permitir o controle remoto da console do servidor do tipo virtual KVM out-of-band, ou seja, independente de sistema operacional ou software agente;

XIX- Permitir a captura de vídeo ou tela de situações de falhas críticas de sistemas operacionais e inicialização do sistema (boot), possibilitando uma depuração mais aprimorada;

XX- As funcionalidades de gerenciamento e monitoramento de hardware devem ser providas por recursos do próprio equipamento e independente de agentes ou sistema operacional;

XXI- A console virtual deverá ser acessível via interface HTML5 ou caso necessite de algum tipo de plugin licenciado, por exemplo JAVA deverá ser fornecido o licenciamento por pelo menos 5 anos;

XXII- Suportar os protocolos de gerenciamento, IPMI e SNMP v1,v2c,v3, WMI, SSH, WS MAN e REDFISH;

XXIII- Permitir customizar alertas e automatizar a execução de tarefas baseadas em script;

XXIV- Deverá possuir integração com VMware vCenter e Microsoft System Center;

XXV- Interface de gerência baseado em HTML5;

XXVI- Permitir a instalação, update e configuração remota de sistemas operacionais, drivers e firmwares, através de solução de deployment compatível com a solução ofertada;

XXVII- Possuir informações de garantia e apresentar via relatório e ou scorecard, listando o tipo de garantia e data limite, em caso de limite informar via e-mail de forma automatizada para que seja possível ação da contratante;

XXVIII- Permitir a detecção de pré-falhas dos componentes de hardware;

XXIX- Realizar a abertura automática de chamados sem intervenção humana, diretamente ao fabricante dos equipamentos em caso de falha de componentes de hardware;

XXX- Permitir ligar, desligar e reiniciar os servidores remotamente e independente de sistema operacional;

XXXI- Deve possuir recurso remoto que permita o completo desligamento e reinicialização (Hard-Reset) remoto do equipamento através da interface de gerência ou através de solução alternativa (Hardware/Software);

XXXII- Permitir a emulação de mídias virtuais de inicialização (boot) através de CD/DVD remoto, compartilhamentos de rede NFS/CIFS e dispositivos de armazenamento USB remotos;

XXXIII- Permitir acesso do tipo Console Virtual, do mesmo fabricante dos servidores ofertados, que permita gerenciar, monitorar e configurar parâmetros físicos dos servidores de forma remota e centralizada;

XXXIV- O software de gerenciamento deve realizar descoberta automática dos servidores, permitindo inventariar os mesmos e seus componentes;

XXXV- Deve possuir funcionalidade que permita que os discos locais do servidor sejam apagados de forma definitiva através de tecnologia de regravação de dados ou similar. Esta funcionalidade deve possibilitar que sejam definitivamente apagados quaisquer disco dentro do servidor, suportando, no mínimo discos físicos (HDDs), discos criptografados (SEDs) e dispositivos de memória não volátil (SSDs e NVMe);

XXXVI- Deve possibilitar o download automático de atualizações de firmwares, BIOS e drivers diretamente do site do fabricante ou repositório local;

XXXVII- As atualizações de firmwares, BIOS e drivers devem ser possuir tecnologia de verificação de integridade do fabricante, de modo a garantir a autenticidade da mesma;

XXXVIII- Deverá possuir relatórios de status de garantia via interface de gerência;

XXXIX- O fabricante do equipamento deve ser membro na condição de BOARD do Distributed Management Task Force (DMTF), devendo constar no site <https://www.dmtf.org/about/list>;

XL- O fabricante do equipamento deve ser membro na condição de PROMOTER do Grupo Unified Extensible Firmware Interface Forum (UEFI) - devendo constar no site <https://uefi.org/members>.

#### **3.3.16.1.14. Suporte e Garantia:**

I- O equipamento (**Item 16 - servidor**) deverá possuir garantia e suporte para hardware e softwares, de 48 (quarenta e oito) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

II- A garantia deverá contemplar todas as ações pertinentes ao retorno da operação integral do equipamento no caso de defeito ou vício, não resultando em custos extras à CONTRATANTE;

III- Tempo de reparo para falhas de hardware: até 72 (setenta e duas) horas após a abertura do chamado pela CONTRATANTE;

IV- Atendimento no local: 8 horas por dia, 5 dias por semana;

V- Fornecer suporte técnico remoto: 24/7 (24 horas por dia e sete dias por semana);

VI- Deverá ser disponibilizado link do site do fabricante através do qual seja possível consultar a garantia contratada, devendo estar em acordo com o exigido no Termo de Referência;

VII- Todas as peças utilizadas na montagem do equipamento devem ser oficialmente homologadas pelo Fabricante, sendo assim cobertas por sua garantia;

VIII- A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante;

IX- A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas;

X- Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias;

XI- As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

XII- Uma vez notificado, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada;

XIII- O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

XIV- Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

XV- Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

XVI- O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

XVII- A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

### 3.4. Certificados:

I- **Quando aplicável**, deverá ser entregue no dia do pregão a certificação comprovando que os equipamentos estão em conformidade com a norma IEC 60950 e/ou IEC62368, Energy Star e INMETRO.

### 3.5. Outros:

I- Deverá ser apresentada Declaração de Não Ocorrência de Registro de Oportunidade, conforme item 1.7 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

II- Local de instalação dos equipamentos: Cidade Universitária. Avenida Costa e Silva, s/n. Campo Grande - MS.

III- Quando o Licitante não for o próprio fabricante dos equipamentos ofertados, deverá apresentar declaração do Fabricante;

IV- Os equipamentos, **quando aplicável e exceto o item 16 (servidor)**, deverão possuir garantia e suporte para hardware e softwares de 12 (doze) meses, ou pelo tempo fornecido pelo fabricante, se superior, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

V- O equipamento (**Item 16 - servidor**) deverá possuir garantia e suporte para hardware e softwares, de 48 (quarenta e oito) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto;

VI- Os componentes do equipamento deverão ser homologados pelo fabricante. Não será aceita a adição ou subtração de qualquer componente não original de fábrica para adequação do equipamento;

VII- Apresentação de no mínimo um atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente fornece/forneceu bens compatíveis com os objetos da licitação emitidos em papel timbrado, com assinatura, identificação e telefone do emitente.

VIII- Deverá conter quantidades seguras de, pelo menos, as seguintes substâncias: cádmio (Cd), mercúrio (Hg), cromo hexavalente (Cr(VI)), bifenilos polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs) e chumbo (Pb).

IX- Deverão atender aos requisitos de segurança para o usuário e instalações e compatibilidade eletromagnética da Portaria Inmetro nº 170, de 10 de abril de 2012, em atendimento aos itens a) e b) do inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, de acordo com a Orientação Normativa/SLTI nº 01, de 20 de agosto de 2015.

## 4. Requisitos da contratação

### 4.1. Sustentabilidade:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (5ª Edição):

4.1.1.1. Só será admitida a oferta dos itens que compõem esta Solução que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO.

4.1.1.2. Só será admitida a oferta de bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

4.1.1.3. No que couber, visando atender ao disposto na legislação aplicável – em destaque às Instruções Normativas 05/2017/SEGES e 94/2022/SGD/ME – a CONTRATADA deverá priorizar, para a execução dos serviços, a utilização de bens que sejam no todo ou em partes compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis.

4.1.1.4. No que se aplicar, e se for o caso, para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 6/2013, subitem 5.2. Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática;

4.1.1.5. Somente será admitida a oferta de produto cujo FABRICANTE esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981;

4.1.1.6. Outros parâmetros e regras definidas deverão obedecer ao disposto no Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, no Decreto nº 6.087, de 20 de abril de 2007, na Instrução Normativa SLTI/MP nº 1 de 19 de janeiro de 2010, o disposto no Decreto 7.746/12 de 5 de junho de 2012 e a Lei n. 12.305/2010 referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.1.1.7. Para os demais itens relacionados na planilha, no que couber, em que a atividade de fabricação ou industrialização for enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

4.1.1.8. Segundo o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS - Consumo, Comercialização, Importação ou Transporte de determinados produtos – Contratação de pessoa física ou jurídica que se dedique a atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, relacionadas ao consumo, comercialização, importação ou transporte de determinados produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, ou de produtos e subprodutos da fauna e flora (art. 17, II, da Lei nº 6.938/81).

### 4.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.2.1. Não se aplica.

### 4.3. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3.1. Não se aplica.

### 4.4. Da verificação de amostra do objeto

4.4.1. Será realizada verificação de amostra do objeto para averiguar se a Solução de TIC apresentada pela Licitante detém os requisitos mínimos necessários para realização dos serviços a serem contratados, de acordo com as funcionalidades, procedimentos e critérios objetivos descritos neste Termo de Referência.

4.4.2. Poderão ser exigidas amostras dos seguintes itens:

4.4.2.1. Item 1 - Gravador Digital 32 Canais.

4.4.2.2. Item 2 - Gravador Digital 64 Canais.

4.4.2.3. Item 3 - Câmera Bullet 5MP longa distância / uso externo.

4.4.2.4. Item 4 - Câmera Bullet 4MP curta distância / uso interno.

4.4.2.5. Item 5 - Suporte de Poste Para Câmeras.

4.4.2.6. Item 6 - Caixa de Passagem Metálica Para Câmeras.

4.4.2.7. Item 7 - Caixa Plástica de Passagem.

4.4.2.8. Item 8 - Disco rígido interno de 8 TB (terabytes).

4.4.2.9. Item 9 - Disco rígido interno de 14 TB (terabytes).

4.4.2.10. Item 10 - Switch 8 portas.

4.4.2.11. Item 11 - Switch 24 portas.

4.4.2.12. Item 12 - Switch 48 portas.

4.4.2.13. Item 13 - Switch tipo: topo de rack / de acesso.

4.4.2.14. Item 14 - Switch tipo: distribuição.

4.4.2.15. Item 15 - Injetor PoE.

4.4.2.16. Item 16 - Servidor de Rack.

#### **4.5. Da exigência de Carta de Solidariedade**

4.5.1. Não se aplica.

#### **4.6. Subcontratação**

4.16. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **4.7. Garantia da contratação**

4.7.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 1% (um por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

4.7.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancárias deverá prestada em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato.

4.7.3. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, **no máximo, até a data de assinatura do contrato.**

4.7.4. O contrato, quando aplicável, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.7.5. **Não** será exigida Garantia para os itens listados de **1 a 9 e 15**, cujos contratos de fornecimento poderão ser substituídos por Notas de Empenho, juntamente com seu respectivo Anexo (SEI 4222531).

4.7.6. Em razão da natureza do objeto, sensibilidade e necessidade de assistência técnica para os **itens 10 a 14 e 16**, será exigido Contrato nos termos do Edital.

#### 4.8. Requisitos de Negócio

4.8.1. Os equipamentos ofertados deverão ser novos, de primeiro uso, estar em linha de produção e pertencer à linha corporativa de produtos comercializados pelo FABRICANTE. Não serão aceitos equipamentos ou componentes que tenham sido descontinuados pelo FABRICANTE ou que estejam listados para descontinuidade futura (*end-of-life*) na data da análise das propostas.

4.8.2. Todos os softwares que vierem a ser fornecidos deverão estar em sua versão mais atual do FABRICANTE, devendo constar na proposta comercial o seu *PART NUMBER* para efeito de comprovação.

4.8.3. Todos os componentes de hardware da solução deverão ser de um único FABRICANTE ou em regime de OEM, não sendo permitida a integração de itens não homologados de terceiros que venha a ocasionar perda parcial ou total da garantia ou qualquer ônus financeiro adicional durante a vigência da garantia.

4.8.4. Não será aceita a adição ou subtração de qualquer componente não original de fábrica para adequação do equipamento às configurações solicitadas neste edital.

#### 4.9. Requisitos de Capacitação

4.9.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

#### 4.10. Requisitos Legais

4.10.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à:

4.10.1.1. Constituição Federal;

4.10.1.2. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

4.10.1.3. Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022;

4.10.1.4. Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023;

4.10.1.5. Instrução Normativa SEGES/MP nº 65, de 7 de julho de 2021;

4.10.1.6. Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017;

4.10.1.7. Instrução Normativa SEGES/MP nº 73, de 30 de setembro de 2022;

4.10.1.8. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD);

4.10.1.9. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2021-2024 da UFMS e a outras legislações aplicáveis;

4.10.2. A Contratada deve observar o cumprimento de todas as leis e normas aplicáveis aos objetos, em especial atenção àquelas relacionadas ao pagamento das obrigações empresariais relacionadas à encargos fiscais, trabalhistas e previdenciários.

#### 4.11. Requisitos de Manutenção

4.11.1. Não se aplica.

#### 4.12. Requisitos Temporais

4.12.1. A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

#### 4.13. Requisitos de Segurança e Privacidade

4.13.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e aos seguintes:

4.13.1.1. Deverá manter sigilo, sob pena de responsabilidades civis, penais e administrativas, sobre todo e qualquer assunto de interesse da Contratante ou de terceiros, de que tomar conhecimento, em razão da execução do objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido também - conforme termo de compromisso e termo de ciência, previstos em anexo deste Termo de Referência.

4.13.1.2. Promover o afastamento em relação ao objeto da contratação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus recursos técnicos que não correspondam aos critérios de confiança ou que perturbe a ação da equipe de fiscalização da Contratante.

#### **4.14. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais**

4.14.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.14.2. A contratada deverá participar das ações previstas no plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, caso tenha firmado acordo ou termo de compromisso com o Município para tanto.

4.14.3. No que couber, nos itens relacionados em que a atividade de fabricação ou industrialização for enquadrada no Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

4.14.4. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.14.5. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.14.6. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs). A comprovação das exigências acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências.

4.14.7. Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, solicitar o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981 do fabricante, comprovando seu registro regular. Foram solicitados alguns certificados de calibração nas descrições complementares de alguns itens da planilha.

#### **4.15. Requisitos de Projeto e Implementação**

4.15.1. Não se aplica.

#### **4.16. Requisitos de Implantação**

4.16.1. Será de responsabilidade da CONTRATANTE a incorporação e implantação dos equipamentos.

#### **4.17. Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica**

4.17.1. A CONTRATADA deverá apresentar as declarações/certificados do FABRICANTE, comprovando que o produto possui a garantia solicitada neste Termo de Referência.

4.17.2. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.17.3. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.17.4. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.17.5. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.17.6. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.17.7. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.17.8. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.17.9. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.17.10. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.17.11. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.17.12. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência própria e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

4.17.13. Todos os componentes de hardware da solução deverão ser de um único FABRICANTE ou em regime de OEM, não sendo permitida a integração de itens não homologados de terceiros que venha a ocasionar perda parcial ou total da garantia ou qualquer ônus financeiro adicional durante a vigência da garantia.

4.17.14. A garantia dos equipamentos deve ser provida pelo FABRICANTE dos equipamentos, e não pela CONTRATADA. Somente será aceito o provimento de garantia de forma direta pela CONTRATADA nos casos em que, ela própria, for FABRICANTE dos equipamentos adquiridos.

4.17.15. O serviço de assistência técnica em GARANTIA deve cobrir todos os procedimentos técnicos destinados ao reparo de eventuais falhas apresentadas nos equipamentos, de modo a restabelecer seu normal estado de uso e dentre os quais se incluem a substituição de peças de hardware, ajustes e reparos técnicos em conformidade com manuais e normas técnicas especificadas pelo FABRICANTE ou a troca técnica (substituição) de equipamento avariado por outro novo (sem uso), no mesmo modelo e padrão apresentado na PROPOSTA ou superior.

4.17.16. O acionamento do serviço de assistência técnica em GARANTIA deverá estar disponível preferencialmente através de central telefônica DDG (0800), e-mail ou diretamente via website, ambos em língua portuguesa (Português-BR) ou Inglês para operacionalização da abertura de chamados e fornecimento de número de protocolo a fim de realizar o acompanhamento e monitoramento das solicitações.

4.17.17. O FABRICANTE deverá possuir site na internet com a disponibilização de manuais, drivers, firmwares e todas as atualizações existentes relativas ao equipamento ofertado. Durante toda vigência do CONTRATO e da GARANTIA, deverá ser mantida base de conhecimento de problemas, bem como o histórico dos reparos ou substituições para os equipamentos fornecidos.

4.17.18. Sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá emitir relatório, preferencialmente em formato digital, com informações analíticas e sintéticas dos chamados técnicos abertos e atendimentos realizados no período estipulado na solicitação, contendo informações de todas as intervenções realizadas com os registros completos das ocorrências, incluindo, no mínimo, informações do chamado como: identificação do órgão, nome do solicitante, data, hora, modelo do equipamento, falha relatada, problema identificado pelo fabricante, ação corretiva realizada e data de fechamento do chamado com equipamento prontamente restabelecido.



4.17.19. Nos casos em que não for possível solucionar problemas remotamente e/ou por telefone, para fins de atendimento técnico presencial, a CONTRATADA deverá observar o cumprimento dos prazos máximos de solução estipulados neste documento, cuja contagem se iniciará a partir do registro da solicitação do serviço de assistência técnica.

4.17.20. Os danos provocados por imperícia ou negligência (comprovado mau uso) dos usuários estão compreendidos na hipótese de exclusão da garantia.

4.17.21. A movimentação dos equipamentos entre localidades NÃO excluirá a garantia.

#### **4.18. Requisitos de Experiência Profissional**

4.18.1. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação;

#### **4.19. Requisitos de Formação da Equipe**

4.19.1. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação;

#### **4.20. Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.20.1. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela CONTRATANTE, bem como da Nota de Empenho assinada dentro da validade da ARP.

4.20.2. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.20.3. A CONTRATADA deve prestar serviço de assistência técnica para os equipamentos objeto desta contratação no local original de fornecimento do equipamento constante da OFB, conforme condições previstas na sessão específica de assistência técnica deste Termo de Referência.

4.20.4. A CONTRATADA deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências de maneira eletrônica e por via telefônica.

4.20.5. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pela CONTRATADA, que dará ciência de eventuais acontecimentos à CONTRATANTE.

#### **4.21. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

4.21.1. A CONTRATADA deve adotar as práticas de mercado em Gestão de Segurança da Informação na realização das atividades para a CONTRATANTE, com a finalidade de garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações. Nesse contexto, **quando aplicável à solução**, a CONTRATADA deverá adotar medidas que:

4.21.2. Propiciem a disponibilidade da solução contratada;

4.21.3. Evitem vazamento de dados e fraudes digitais;

4.21.4. Definam o processo de gestão de riscos de segurança da informação que envolvam a solução de TIC;

4.21.5. Possibilitem a rastreabilidade de forma a manter trilha de auditoria de segurança da informação e assegure a continuidade do negócio implementado pela solução;

4.21.6. Realizem o tratamento de dados pessoais, de acordo com a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e informações classificadas, conforme legislação vigente;

4.21.7. Prevejam a realização de auditoria de Segurança da Informação e Comunicação (SIC) de conformidade dos requisitos de segurança da informação previstos pela contratação;

4.21.8. Assegurem a gestão e tratamento de incidentes de forma sistematizada;

#### **4.22. Informações Relevantes para o Dimensionamento e/ou Apresentação da Proposta**

4.22.1 Devido às características do objeto, não há outros requisitos, além dos apresentados em tópicos específicos.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5.1. Rotinas de Execução

5.1.1. O prazo de entrega dos bens é de até 60 (sessenta) dias corridos, ou o indicado na Ordem de Fornecimento de Bens, contados do recebimento da nota de empenho assinada, na Secretaria de Patrimônio e Almoxarifado, localizada na Cidade Universitária, que poderá solicitar o encaminhamento dos mesmos para outros locais da Universidade.

5.1.2. Os bens serão recebidos:

a) Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 20 (vinte) dias do recebimento provisório.

5.1.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo. Caso não atenda as especificações, a empresa será penalizada, pelo não cumprimento do estabelecido no Edital, bem como estará sujeita às ações penais cabíveis.

### 5.2. Do Encaminhamento Formal de Demandas

5.2.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.

5.2.2. A Contratada deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.

5.2.3. Os bens serão recebidos provisoriamente, quando da entrega integral do objeto (incluindo todas as parcelas), pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

### 5.3. Forma de execução e acompanhamento dos serviços

5.3.1. Não se aplica. Não é objeto desta contratação a prestação de serviços.

### 5.4. Condições de Entrega

5.4.1. As parcelas, condições e prazos de entregas serão definidas junto à Contrada e indicadas na Ordem de Compras/Ordem de Fornecimento de Bens;

5.4.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4.3. O processo de entrega dos equipamentos deverá ser realizado pela CONTRATADA sob a supervisão do preposto, que dará conhecimento do andamento do fornecimento aos diversos locais ao gestor do contrato.

5.4.4. A CONTRATADA deverá apresentar um cronograma prévio de fornecimento por localidade a ser autorizado pela CONTRATANTE, respeitando-se o limite de prazo estabelecido neste Termo de Referência.

#### 5.4.5. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

5.4.5.1. Secretaria de Patrimônio e Almoxarifado - Sepat/Diserv/Proadi. Cidade Universitária. Avenida Senador Filinto Müller, 1555. CEP: 79074-460. Vila Ipiranga. Fone: (67) 3345-3508 / 3518.

5.4.6. **Horário:** das 13h15min às 16h40min, em dia útil, em dia útil.

5.4.7. **Agendamento:** A entrega deverá ser agendada com antecedência de no mínimo 24h.

5.4.8. A entrega só será considerada agendada, após confirmação da Sepat/Diserv/Proadi.

5.4.9. O prazo de entrega será contado a partir do recebimento da notificação pela contratada.

5.4.10. Não serão aceitos materiais com quantitativo em desacordo com o autorizado.

5.4.11. Os bens devem ser entregues acondicionados em embalagem adequada, para que não sofram qualquer outro tipo de dano;

5.4.12. TODAS as CAIXAS E NOTAS FISCAIS devem estar identificadas com o NOME DAS RESPECTIVAS UNIDADES a que estão destinadas, assim como a identificação do NÚMERO DE EMPENHO e o NOME DO FORNECEDOR;

5.4.13. A simples assinatura de servidor da SEPAT correspondente em canhoto de fatura ou conhecimento de transporte e implica apenas recebimento provisório;

5.4.14. Os bens serão recebidos provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.4.15. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.4.16. **Recolhimento de material enviado em desconformidade:** Material enviado em desconformidade quantitativa ou qualitativa em relação ao empenhado, deverá ser recolhido em até 10 dias úteis, após o recebimento da solicitação de retirada.

5.4.17. Caso o material não seja retirado no prazo definido, será considerado abandonado e a UFMS dará as destinações que julgar pertinente.

5.4.18. Caso a substituição não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo material também seja rejeitado, estará à contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de penalidades;

5.4.19. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4.20. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.4.21. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

5.4.22. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

5.4.23. **Quando aplicável: Recesso de Fim de Ano:** Não haverá recebimento de material, na Sepat/Diserv, nas semanas de Natal e Ano Novo.

5.4.23.1. No período do recesso será interrompida a contagem do prazo de entrega, que reiniciará a partir do dia útil imediatamente posterior ao fim do recesso.

## 5.5. Formas de transferência de conhecimento

5.5.1. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

## 5.6. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

5.6.2. Não há Relatório Final acerca de bens similares adquiridos anteriormente.

5.6.3. Nos termos da alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021 e inciso VI do art. 21 do Decreto nº 11.246, de 27 de outubro de 2022, ao término deste processo licitatório deverá ser apresentado relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

### 5.7. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

5.7.1. Cada OFB conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

### 5.8. Mecanismos formais de comunicação

5.8.1. Unidade Responsável: Diretoria de Infraestrutura Tecnológica (Dintec/Agetic), telefone: (67) 3345-7546, endereço eletrônico (e-mail): dintec.agetic@ufms.br.

5.8.2. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

5.8.2.1. Ordem de Fornecimento de Bens;

5.8.2.2. Ata de Reunião;

5.8.2.3. Ofício;

5.8.2.4. Sistema de abertura de chamados;

5.8.2.5. E-mails e Cartas;

### 5.9. Formas de Pagamento

5.9.1. Os critérios de medição e pagamento serão tratados no tópico 7 deste Termo de Referência.

### 5.10. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

5.10.1. A Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

5.10.2. O **Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e **Termo de Ciência**, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se anexos ao Edital de Licitação.

## 6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

6.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

6.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

6.7.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

6.7.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

6.7.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

6.8. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

6.9. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

6.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

6.10.1. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.10.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.10.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.10.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.10.7. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.10.8. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.10.9. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.10.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.10.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.10.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.10.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.10.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

### **6.11. Critérios de Aceitação**

6.11.1. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

6.11.2. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos *end-of-life*).

6.11.3. Todos os componentes dos equipamentos e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

6.11.4. Todos os equipamentos deverão atender aos padrões definidos pelo INMETRO e ABNT, quando aplicável.

6.11.5. Todos os componentes internos dos equipamentos deverão estar instalados de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

6.11.6. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

6.11.7. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

6.11.8. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

6.11.9. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões "shareware" ou "trial". O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

6.11.10. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

6.11.11. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

## 6.12. Procedimentos de Teste e Inspeção

6.12.1. Todos os procedimentos de teste e inspeção serão realizados visando a verificação do atendimento aos requisitos definidos no item **Descrição da Solução**.

## 6.13. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

6.13.1. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

<b>IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO</b>		
<b>Tópico</b>	<b>Descrição</b>	
<b>Finalidade</b>	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.	
<b>Meta a cumprir</b>	<b>IAE &lt; = 0</b>	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto.
<b>Instrumento de medição</b>	OFB, Termo de Recebimento Provisório (TRP)	
<b>Forma de acompanhamento</b>	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB.	
<b>Periodicidade</b>	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
<b>Mecanismo de Cálculo (métrica)</b>	<p><b>IAE = <u>TEX – TEST</u></b></p> <p>Onde:</p> <p><b>IAE</b> – Indicador de Atraso de Entrega da OFB;</p> <p><b>TEX</b> – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB.</p> <p>A data de entrega da OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB continua a correr, findando-se apenas quanto o Contratado entrega os produtos da OFB e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p>	

	<b>TEST</b> – Tempo Estimado para a execução da OFB – constante na OFB, conforme estipulado no Termo de Referência.
<b>Observações</b>	Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição. Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.
<b>Início de Vigência</b>	A partir da emissão da OFB.
<b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b>	Para valores do indicador <b>IAE</b> :  Menor ou igual a 0 – Pagamento integral da OFB;  De 1 a 60 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB ou fração em atraso.  Acima de 60 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor OFB ou fração em atraso.

#### 6.14. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

6.14.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

ID	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução dos serviços, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 72 horas úteis.	Multa de 0,25 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 5 (cinco) dias úteis.
		Após o limite de 5 (cinco) dias úteis, aplicar-se-á multa de 1 % do valor total do Contrato.
2	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS).	Glosa de 0,25 % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,11 a 0,20.
		Glosa de 0,5 % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,21 a 0,30.
		Glosa de 0,75 % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,31 a 0,50.
		Glosa de 1 % sobre o valor da OS para valores do indicador IAE de 0,51 a 1,00.
		Multa de 3 % sobre o valor do Contrato e Glosa de 1 % sobre o valor da OS, para valores do indicador IAE maiores que 1,00.
3	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência.  Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 0,5 % do valor total do Contrato.

6.14.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que a Contratada:



6.14.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

6.14.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

**6.15. Não celebrar o contrato:**

6.15.1. recusar ou deixar de enviar documento necessário para comprovar a capacidade de assinatura do contrato /ata de registro de preços;

6.15.2. recusar ou deixar de assinar contrato/ata de registro de preços dentro do prazo de convocação;

6.15.3. recusar ou deixar de confirmar o recebimento da Nota de Empenho referente ao contrato/ata de registro de preços

**6.16. Sanções aplicáveis para as condutas 6.15.1, 6.15.2, 6.15.3:**

6.16.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 4 (quatro) meses;

6.16.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

6.16.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%

**6.17. Apresentar documentação falsa:**

6.17.1. omitir informações em documentos exigidos no certame;

6.17.2. adulterar documento, público ou particular;

6.17.3. encaminhar contrato/ata de registro de preços adulterada

**6.18. Sanções aplicáveis para as condutas 6.17.1, 6.17.2, 6.17.3:**

6.18.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 3 (três) anos;

6.18.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 3 (três) anos;

6.18.3. Multa de 20% do valor total do contrato/ata de registro de preços;

**6.19. Ensejar o retardamento da execução do objeto contratual:**

6.19.1. praticar qualquer ação ou omissão que prejudique o bom andamento da execução do contrato.

6.19.2. deixar de prestar garantia quando exigido.

**6.20. Sanções aplicáveis para a conduta 6.19.1:**

6.20.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 1 (um) ano.

6.20.2. Multa de 15% do valor total do contrato/ata de registro de preços

**6.21. Sanções aplicáveis para a conduta 6.19.2:**

6.21.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 01 ano;

6.21.2. Descredenciamento do Sicaf pelo prazo de até 01 (ano) ano;

6.21.3. Multa de 1% do valor total do contrato/ata de registro de preços, por dia de descumprimento, no limite máximo de 15%;

**6.22. Falhar na execução do contrato**

6.22.1. entregar materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na ata de registro de preços;

6.22.2. deixar de substituir materiais com características diversas daquelas constantes na proposta, no contrato ou na Ata de Registro de Preços, no prazo estipulado pela Administração;

6.22.3. atrasar a entrega de quaisquer dos itens solicitados por prazo superior a 30 (trinta) dias;

6.22.4. recusar-se ou deixar de fornecer quaisquer dos itens contratados/registrados;

6.22.5. deixar de entregar documentação fundamental para execução contratual.

**6.23. Sanções aplicáveis para as condutas 6.22.1, 6.22.2, 6.22.3, 6.22.4, 6.22.5:**

6.23.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 6 (seis) meses;

6.23.2. Multa de 1% do valor total do material, por dia de descumprimento, no limite máximo de 10%; e/ou Multa de 10% do valor total do material contratado;

6.23.3. Descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 05 anos;

**6.24. Fraudar na execução do contrato**

6.24.1. elevar arbitrariamente os preços;

6.24.2. fornecer, como verdadeiro ou perfeito, material falsificado ou deteriorado;

6.24.3. entregar um material por outro;

6.24.4. alterar substância, qualidade ou quantidade do material fornecido;

6.24.5. tornar, por qualquer modo, injustamente, mais onerosa a proposta ou a execução do contrato;

**6.25. Sanções aplicáveis para as condutas 6.24.1, 6.24.2, 6.24.3, 6.24.4, 6.24.5:**

6.25.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

6.25.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido;

**6.26. Comportar-se de modo inidôneo**

6.26.1. realizar atos comprovadamente de má- fé ou com dolo;

6.26.2. participar de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente;

6.26.3. não realizar o recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias;

6.26.4. não realizar o pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação;

**6.27. Sanções aplicáveis para as condutas 6.26.1, 6.26.2, 6.26.3, 6.26.4:**

6.27.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 3 anos;

6.27.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido; e/ou Multa de 1% do valor total da obrigação, por dia de descumprimento, no limite máximo de 20%

**6.28. Cometer fraude fiscal**

6.28.1. fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal;

6.28.2. omitir informações em suas notas fiscais;

6.28.3. falsificar ou alterar notas fiscais

**6.29. Sanções aplicáveis para as condutas 6.28.1, 6.28.2, 6.28.3:**

- 6.29.1. Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 5 anos;
- 6.29.2. Multa de 20% do valor total do evento não cumprido.
- 6.29.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 6.29.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:
- 6.29.5. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 6.29.6. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 6.29.7. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;
- 6.29.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021;
- 6.29.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 6.29.10. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 6.29.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 6.29.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 6.29.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 6.29.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 6.29.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 6.29.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 6.29.17. Sobre proteção de dados pessoais, o "Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade" possui um anexo próprio em que são relacionadas as possíveis infrações que devem ser tratadas em caso de descumprimento de cláusulas contratuais sobre o tema, disponível em: Guia de Requisitos e Obrigações quanto a Privacidade e à Segurança da Informação.

### **6.30. Papéis e Responsabilidades**

6.30.1. São obrigações da CONTRATANTE (Art. 92, X, XI e XIV):

6.30.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

6.30.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

6.30.1.3. receber o objeto fornecido pela CONTRADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.30.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas previstas em Lei, no Contrato e neste Termo de Referência, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, **quando aplicável**;

6.30.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, dentro dos prazos, formas e condições preestabelecidos em contrato e neste Termo de Referência;

6.30.1.6. comunicar à contratada, por escrito, todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC, incluindo imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

6.30.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da Contratada, com base em pesquisas de mercado, **quando aplicável**;

6.30.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;

6.30.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência e Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

6.30.1.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.30.1.11. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

6.30.1.12. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

6.30.1.13. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

6.30.1.14. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.30.1.15. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias;

6.30.1.16. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

#### 6.30.2. São obrigações da CONTRATADA:

6.30.2.1. indicar formalmente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, preposto idôneo apto a representá-la junto à Contratante, com poderes de decisão para representar a contratada que deverá responder pela fiel execução do contrato;

6.30.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

6.30.2.3. fornecer, sempre que solicitado, amostra para a realização de Homologação do Bem para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;

6.30.2.4. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;

6.30.2.5. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

6.30.2.6. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

6.30.2.7. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

6.30.2.8. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

6.30.2.9. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

6.30.2.10. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços, quando for o caso;

6.30.2.11. executar o objeto do certame em estreita observância aos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

6.30.2.12. não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da Contratante;

6.30.2.13. não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;

6.30.2.14. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

6.30.2.15. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando aplicável;

6.30.2.16. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.30.2.17. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.30.2.18. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.30.2.19. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.30.2.20. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

6.30.2.21. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc, quando aplicável;

6.30.2.22. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais

e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

6.30.2.23. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, **quando aplicável**:

6.30.2.23.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.30.2.23.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

6.30.2.23.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.30.2.23.4. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

6.30.2.23.5. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

6.30.2.23.6. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

6.30.2.23.7. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

6.30.2.23.8. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

6.30.2.23.9. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.30.2.23.10. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

6.30.2.23.11. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

6.30.2.23.12. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

6.30.2.23.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

6.30.2.23.14. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

6.30.2.23.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

6.30.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

6.30.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

6.30.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

6.30.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

6.30.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

6.30.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

6.30.3.4. definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

6.30.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

6.30.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo Contratado; e

6.30.3.4.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 deste artigo, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7.1. Recebimento do Objeto

7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 7.2. Liquidação

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I- o prazo de validade;
- II- a data da emissão;
- III- os dados do contrato e do órgão Contratante;
- IV- o período respectivo de execução do contrato;
- V- o valor a pagar; e
- VI- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## 7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.3.1. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária a seguir explicitado: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e



sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I_{(TX)} =$	$I_{(6/10)/365} =$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
--------------	--------------------	--

#### 7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de **Ordem Bancária**, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### 7.5. Antecipação de pagamento

~~7.5.1. A presente contratação permite a antecipação de pagamento ..... (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~7.5.2. O Contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ ..... (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o Contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~7.5.3. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação de pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~7.5.4. R\$..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~7.5.5. (...).~~

~~7.5.6. Fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~7.5.7. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~

~~7.5.8. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada de ..... (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

~~7.5.9. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~7.5.10. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até ..... (...) dias, contados do recebimento do ..... (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).~~

~~7.5.11. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~7.5.12. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado:~~

~~7.5.13. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo Contratado, para a antecipação de valor remanescente;~~

~~7.5.14. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.~~

~~7.5.15. O pagamento de valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

## **7.6. Cessão de crédito**

7.6.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.6.2. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.6.3. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.6.4. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.6.5. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.6.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto Contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

## **7.7. Reajuste**

7.7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 23/05/2023.

**7.7.2. Quando aplicável**, após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), de acordo com o art. 24 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.7.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.7.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

### 8.2. Da aplicação de Margem de Preferência

8.2.1. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

### 8.3. Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### 8.3.1. Habilitação jurídica

8.3.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.3.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.3.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.3.1.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.3.1.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

~~8.3.1.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.~~

~~8.3.1.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 49 e 165).~~

~~8.3.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.~~

8.3.1.12. Não será permitida a participação de consórcios no presente pregão, pelos seguintes motivos: Além da sua não obrigatoriedade (Acórdão 2831/2021 - Plenário TCU), a solução a ser contratada não engloba objetos de alta complexidade técnica ou contratações de grande vulto (segundo os parâmetros legais de valores vigentes); o mercado tem a capacidade em atender a demanda sem a necessidade de formalização de consórcios; além do que demonstra-se ampla participação de licitantes nos pregões anteriores da UFMS, para este objeto da contratação.

### **8.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.3.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.3.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.3.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.3.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.3.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **8.3.3. Qualificação Econômico-Financeira**

8.3.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.3.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.3.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.3.3.4. **Para os itens 10 a 14 e 16**, cujos fornecimentos dependerão de formalização de Contratos/obrigações futuras: caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente (itens mencionados).

8.3.3.5. No caso de fornecimento de materiais de entrega imediata, dos quais não resultam obrigações futuras (**itens 1 ao 9 e 15**), não será exigidos dos licitantes a comprovação dos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) e nem a apresentação de balanço patrimonial dos dois últimos exercícios sociais.

8.3.3.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.3.3.7. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

8.3.3.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### 8.3.4. Qualificação Técnica

8.3.4.1. Não serão exigidos requisitos de Qualificação Técnica. A Aptidão para o fornecimento dos bens que compõem a Solução será atestada mediante o cumprimento dos Requisitos Tecnológicos apontados neste Termo de Referência;

8.3.4.2. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.3.4.2.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.3.4.2.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.3.4.2.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.3.4.2.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.3.4.2.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.3.4.2.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.3.4.2.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 4.077.099,40

9.1. O custo estimado total da contratação para a UASG GERENCIADORA (154054 - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) é de **R\$ 3.396.920,30** (três milhões, trezentos e noventa e seis mil novecentos e vinte reais e trinta centavos), conforme custos unitários apostos na Tabela 1, baseados no levantamento de preços através de orçamentos, consulta a aquisições similares da Administração Pública e sítios da internet (SEI 4111455).

9.2. O custo estimado total da contratação para a UASG PARTICIPANTE (160530 - Base de Administração e Apoio do Comando Militar do Oeste) é de **R\$ 680.179,10** (seiscentos e oitenta mil cento e setenta e nove reais e dez centavos).

## 10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, a ser informada posteriormente pela Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças - Proplan/RTR/UFMS.

10.2. Por se tratar de licitação por SRP, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

### 10.4. Cronograma Físico-financeiro:

10.4.1. Não será apresentado devido à natureza do Certame, com fundamento no inciso V do Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023.

10.5. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: PORTARIA Nº 837-GAB/PROADI/UFMS, DE 8 DE SETEMBRO DE 2022.

### DIEGO ORRO DE CAMPOS VIEGA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 20/09/2023 às 08:33:50.

Despacho: PORTARIA Nº 447-GAB/PROADI/UFMS, DE 16 DE MAIO DE 2022.

### LAERCIO REINDEL

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 20/09/2023 às 14:25:18.

Despacho: PORTARIA Nº 447-GAB/PROADI/UFMS, DE 16 DE MAIO DE 2022.

### MILTON DE ALCANTARA

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 20/09/2023 às 12:04:08.*

**KEVIN SELJI MAEDA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 19/09/2023 às 17:46:55.*

**LUAN RAMIRO DOS SANTOS**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 19/09/2023 às 17:40:59.*

**YUNI MIKA MAEDA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 19/09/2023 às 17:42:00.*

**LUCIANO GONDA**

Autoridade Máxima da Área de TIC